

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

3140
S.15(4)

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de História

**O que somos e o que não fomos:
uma reflexão para um ensino mais humano**

T.C. S.15(4)
História / ensino

JENIFER RODRIGUES DA SILVA

3140 S.15(4)

JENIFER RODRIGUES DA SILVA

O que somos e o que não fomos: uma reflexão para um ensino mais humano

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Graduação em História, sob a orientação da Prof^a. Dra. Marta Emísia Jacinto Barbosa.

Uberlândia, Julho de 2010.

Jenifer Rodrigues da Silva.(1987)

O que somos e o que não fomos: uma reflexão para um ensino mais humano

59. fls.

Orientadora: Marta Emília Jacinto Barbosa

Monografia (Bacharelado e Licenciatura) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Inclui Bibliografia.

Palavras – Chave: História Social, Educação, Escola.

JENIFER RODRIGUES DA SILVA

**O que somos e o que não fomos:
uma reflexão para um ensino mais humano**

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Marta Emília Jacinto Barbosa (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Regina Ilka Vieira Vasconcelos

Prof.^a Karine Marins Amaral

Agradecimentos

A DEUS, pela dádiva suprema da vida, por tudo que fui, sou e serei, me permitindo vencer esta jornada.

A minha mãe, Rosa Maria Beserra da Silva, e ao meu padrasto, Clayton José de Souza Paul, que acima de tudo me apoiaram, e também forneceram forte apoio intelectual. Ao meu irmão Bruno Barbosa da Silva pelo apoio e incentivo nessa jornada. Ao meu noivo, Adriel Moraes da Silva, por compreender e suportar pacientemente a distância durante quatro anos e meio.

A Professora Orientadora Dr. Marta Emísia Jacinto Barbosa, pelos ensinamentos, cujos temas foram de fundamental importância para elaboração desse trabalho.

A Professora Dr^a. Regina Ilka e a Prof^a. Karine Marins Amaral, por se dedicar a fazer parte da banca examinadora e também por colaborar com discussões significativas ao longo do período no curso de graduação.

Aos professores que colaboraram com a pesquisa, possibilitando-a a partir da realização de entrevistas. Sou grata, aos professores: Simone Luiza dos Santos, Sílvia Lima Prudente, Edimilson Ferreira do Nascimento, os quais se dedicaram plenamente fornecendo discussões importantes para a prática de ensino.

Aos professores da Universidade Federal de Uberlândia, pelas lições de saber.

A todos os colegas do Curso de Graduação em História, em especial Leticia Siabra, Leonardo dos Santos Rodrigues, Maria Heleana de Freitas e Maria Helena da Silva, que compartilharam não apenas nos momentos felizes, mas especialmente contribuíram nos momentos difíceis para que atingisse meus objetivos.

Aos meus familiares, por terem me auxiliado a trilhar este caminho, manifesto meu agradecimento e estima.

A todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para esta formação que se torna mais uma vitória em minha vida, os meus sinceros agradecimentos.

Sumário

Introdução.....	08
-----------------	----

Capítulo I

Currículo e Educação:

suas formas e expressões dentro do ensino de História e na escola.....	15
--	----

Capítulo II

A educação que possuímos...A escola que temos e o professor que somos.....	33
--	----

Conclusão.....	52
----------------	----

Fontes.....	55
-------------	----

Bibliografia.....	56
-------------------	----

Resumo

Este trabalho propõe apresentar algumas questões a respeito da atual situação da educação brasileira. Partindo da experiência de alguns professores de história e português, aponto pontos positivos e negativos no cotidiano dos discentes em geral, vislumbrando a necessidade de reflexão sobre sua função, como também de sua inexorável importância para a educação brasileira.

Proponho uma discussão do ser, do estar professor, mas também algumas observações sobre o descontentamento dos profissionais deste meio, sobre a presença dos diversos aspectos que corroboram a sua função, no cenário educacional e por último, a relação professor e aluno.

Toda a pesquisa resulta de leituras e entrevistas, realizadas com professores da rede pública de Tupaciguara, de observações e debates em sala de aula, e fora dela, nas experiências práticas e teóricas relacionadas à educação.

Com este estudo, demonstro o quanto à instituição escolar está intrinsecamente ligada à sociedade brasileira, e às entidades financiadoras da educação, no sentido de atender as necessidades de mudança, diante da busca de qualidade do ensino.

E ainda, penso na possibilidade de transformar a função docente, aonde o educador como ferramenta seja capaz de formar um contingente de conhecedores críticos e autônomos. O sentido da pesquisa é dedicado à necessidade de compreender a prática de ensino como ação transformadora.

Introdução

Freqüentemente ouvimos de nossos professores de História, as suas inquietações e seus questionamentos. Não somente eles se apresentam inquietos, como também os diversos pesquisadores ligados à área do ensino. Estes nos apresentam seu pensamento, demonstrando o sentido em que a educação vem tomando ao longo das reformas curriculares.

Entendo então, que os indivíduos inséridos neste cenário se esforçam para colaborar na transformação da educação brasileira, no intuito de constituir não somente qualidade, mas ainda igualdade e justiça social. Essas inquietações são devido às diversas modificações curriculares, e causou ao longo do tempo, uma sensação de desvalorização profissional.

Por algumas vezes, nos deparamos com professores extramente apaixonados pela sua função. Porém, muito freqüentemente, está ocorrendo o descontentamento desta, na medida, em que os fatores condicionantes para a efetivação do ser docente, vão sendo anulados cada vez mais, principalmente nas instituições públicas. Não somente por isso, mas o mundo moderno, onde vivemos, celebra irrefutavelmente o presente. Sendo assim, alguns professores sentem dificuldades em tornar a História essencial, em fazer ocorrer à compreensão da historicidade da vida social.

Fazer os alunos aceitarem o antigo diferente de velho, como importante e não descartável é um desafio a se enfrentar. Diante da compreensão que eles têm do “aqui” e o “agora”, expressadas em qualificações únicas e necessárias para compreender a sociedade moderna atual.

Existe em nossa realidade professores essencialmente padronizados e outros que lutam por sua autonomia, por sua criticidade. Assim, os docentes empenhados na sua prática, investem em novos recursos metodológicos, visando tornar as aulas interessantes e dinâmicas. Estas alternativas atuais incluem a tecnologia através do uso de vídeos, músicas, sites, etc. Tudo isso, na tentativa de não somente chamar a atenção dos alunos, mas também, por aceitar algumas iniciativas das propostas curriculares que consideram relevantes a utilização de novos métodos para a aprendizagem de indivíduos críticos.

Alguns diagnósticos colocam no professor a responsabilidade do fracasso escolar, denominando-os como seres incompetentes, despreparados, desmotivados, etc. Vale lembrar, que os indivíduos que compõem este cenário, tendem a culpar somente o professor, refugiando-se assim da sua própria culpa. Digo isto, devido às autoridades ignorar a

necessidade de uma reformulação na formação profissional, e ainda da necessidade de mudanças.

Os problemas alavancados nesta abordagem se relacionam com a crise social e cultural vigente em nosso país, manifestando-se então, no cotidiano escolar e no currículo das escolas. Revelando um desencontro entre expectativas e intenções dos diversos setores da educação brasileira. Na História, essa questão se avança, na medida em que seu estudo contribui para a compreensão de conteúdos transversais, para a formação de valores e da cidadania.

O desenvolvimento das propostas curriculares carrega consigo opções metodológicas e temáticas extremamente variadas. No entanto, o que se percebe é a inclusão do professor de maneira estratégica para consolidar o ideário elitista. As formas de atuação dos professores referente a essa imposição, demandam diferentes perspectivas que envolvem num processo, diversos aspectos na relação entre as pessoas e também diversos saberes.

Atualmente, entre estudos e pesquisas na área de educação, há o entendimento da atuação docente como mecanismo de mobilização dos diversos saberes existentes, e ainda de habilidades. Neste sentido, muitos se incluem no ambiente educacional por vocação, outros por incentivos diversos e alguns pelo desencanto profissional em outro grupo da sociedade.

A problemática, presente em minha abordagem, tem como objeto de atenção a relação de professores (História/Português) com as propostas curriculares, exclusivamente PCN e LDB, e também a relação destes com a sua profissão, com o cotidiano da escola e com os indivíduos do ambiente escolar. Essa relação foi compreendida, buscando entender a ineficiência da educação brasileira diante do controle governamental na prática educacional. De maneira, que o professor torna-se um instrumento de transmissão de saberes em sua prática, sem ser o autor destes.

Ainda presente na pesquisa, uma crítica à subjetividade alienante do professor como agente do processo educativo, onde ele ignora o sentido da sua função, se aprofundando num eterno descontentamento sem nenhuma iniciativa que carregue a sua valorização, a busca de mudanças. Acarretando assim, a adesão de normas, constituindo contextos simbólicos que negam os estudos culturais, a historicidade e veracidade dos fatos, anulando a importância de sua função profissional.

Nesta pesquisa, as questões foram surgindo a partir do relacionamento dos professores com toda a estrutura escolar, acarretando como problemática a concepção de autonomia dentro da cultura escolar. Neste sentido, para efetivação da investigação foram importantes as contribuições de autores que utilizam em sua temática o ambiente educacional, a educação, os professores, as propostas curriculares, etc.

Toda esta temática foi utilizada na pesquisa, para uma reflexão de si mesmo, buscando envolver as dificuldades da escola e do professor, no intuito de discutir questões que inquietam, diante da imobilidade dos indivíduos que compõem as diversas dimensões da escola.

A abordagem com base nessas categorias permitiu avançar e analisar ainda às relações entre aluno e professor, e também família e escola, tendo como referência a busca por um padrão de qualidade do ensino, que induzia cada vez mais a uma acirrada desqualificação do docente e da educação escolar.

As utilizações destas categorias visam ainda, compreender a ação docente, tendo como fonte investigativa as suas relações com a estrutura escolar. Tendo como foco qual a importância do ensinar, para quê e para quem? Sendo expressas, por muitas vezes na tentativa em buscar a nossa valorização, demonstrar a noção identidade, a nossa competência, implicando do reconhecimento de nós mesmos.

Nesse sentido, o professor seria muito mais que um mero mediador da aprendizagem, ele teria em seu domínio a articulação de conteúdos que implicassem na busca de autonomia dos cidadãos brasileiros. E estes não se reteriam em apenas adquirir conhecimentos, que o colocaria numa escala de escolaridade, possibilitando a ele sua inclusão no mercado de trabalho.

Assim, a relação dos agentes escolares, possibilitou uma investigação que focalizou as estratégias governamentais dentro das instituições educacionais, para conseguir ascensão internacional, e não somente isso, como também estas estratégias colaboram para consolidar e dar continuidade ao sistema capitalista neoliberal.

O foco da pesquisa, portanto, concentrou-se principalmente no ser professor, buscando compreender as estruturas que compõem a dimensão educativa. Sendo estas as que articulam escolhas axiológicas para o processo de didatização. A análise exprime, como que os professores lidam com as estratégias governamentais, com os documentos curriculares e busca perceber quais as perspectivas destes em relação à prática do currículo.

Neste contexto, foi possível verificar, referente à disciplina História, que há uma predominância de uma formação para cidadãos. Porém, a postura dos alunos diante do mundo moderno, que os rodeia, não se apresenta preocupados num exercer de direitos e deveres sociais, mas sim em defender as suas identidades culturais, os valores constituídos pelo seu grupo.

A análise discute ainda, o autoritarismo dos professores em sala de aula, assunto este que tem sido alvo de intensas e variadas críticas, pois elas denunciam o caráter reprodutivista

e opressivo da aprendizagem. Esta reflexão atribui também à indisciplina dos atuais discentes brasileiros da rede pública. Neste momento, aponto a necessidade de ouvir o outro, na tentativa que se desenvolva uma relação harmoniosa, possibilitando um debate entre estes, sobre o seu querer, o que querem adquirir como conhecimento.

Não podendo deixar de mencionar que toda a pesquisa, foi possível, pela exposição de falas dos professores, constituídas por intermédio de entrevistas separadas, para que assim se pudesse trazer os debates e suas discussões, no qual os professores são fundamentais para a pontuação de diversos aspectos que foram contextualizados.

O objetivo da pesquisa foi investigar como os professores entrevistados, avaliavam cada categoria pautada. E a partir de exemplos e experiências, eles iam articulando suas falas de acordo com o que era significativo para os mesmos. A opção por pesquisar as relações dos professores de redes públicas, resultou da inquietação de comprovação das práticas de estágio e também de leituras sobre o ambiente escolar.

Nessa pesquisa, estes indivíduos foram interlocutores de grande importância, e também, autores que, no campo historiográfico possibilitam discutir as dimensões educacionais relacionadas com as reformas neoliberalistas. Assim, estes subsídios proporcionaram o desafio de compreender as potencialidades dos diversos campos da escola.

A pesquisa apresenta-se organizada em dois capítulos. Estando presente neles, o debate de alguns autores, minhas indagações, entrevistas com professores, artigos e decisões metodológicas da nova LDB e do PCN.

No primeiro capítulo, realizo uma discussão sobre currículos, basicamente PCN e LDB, verificando as características destes artefatos dentro da educação brasileira, focalizando principalmente, como que estas denominações se manifestam nas instituições escolares. Identificando ainda, como o discurso presente nestes programas é referência para o ideário elitista.

No segundo capítulo, discuto sobre o cotidiano dos professores, norteados as diversas formas de lidar com a sua função. A organização deste visa principalmente, problematizar as questões trazidas à tona, no intuito de demonstrar a emergência de reflexão do ser, do estar professor. O objetivo é elaborar um discurso que faça todos refletir sobre suas posturas, na tentativa de constituir um ensino mais humano.

Todo o caminho percorrido revela um processo de construção, em que o diálogo com autores, professores, alimenta uma perspectiva de mudança, a partir da renovação das análises atuais, transpondo reflexões sobre a prática docente, e assim, contribuir para o desenvolvimento desta.

Busco avaliar a educação brasileira como instrumento do Estado, para gerar um discurso de liberdade social, colaborando assim para formar uma sociedade consumista e individualista, fazendo valer o discurso de construção da cidadania para reafirmação de uma sociedade democrática.

O processo de constituir a qualidade da aprendizagem, não se dá de maneira tranqüila, e o próprio Estado tem a percepção deste fato, lançado assim estratégias nas relações da escola. Desta forma, ele obtém como resultado, a determinação de alunos com identidades fabricadas. As iniciativas do governo colaboram para a constituição das diferenças sociais, sendo articuladas principalmente pelos diversos mecanismos de avaliações presentes nas escolas.

Dentro deste universo há diversas pesquisas, que questionam a atuação pedagógica dos professores. E o que proponho aqui, não é diferente, não pretendo dizer aos professores como eles devem atuar, mas sim que eles não considerem o seu mundo tão natural. Que eles não se sintam incapazes ou inferiores, pois a história pode ser reinventada, basta que deixemos de ser maquinaria, e olharmos para as diferenças da nossa sociedade sem apagá-las ou reduzi-las.

Dou destaque às falas dos professores, pois é neles que percebo qual o caminho da prática pedagógica, e ainda para tornar visível a problematização da pesquisa. Trago argumentos que afirmam os sujeitos. Sujeitos desencorajados, engajados, que determinam o perfil da cada escola e até mesmo da educação brasileira. É a partir do sobre o que é ser professor, do que é ser aluno, que o objetivo da pesquisa vai se constituindo.

A pesquisa dá ênfase ao que já foi falado e escrito a respeito da educação brasileira, principalmente para o 1º. e 2º. graus. Este estudo traz como objetivo, refletirmos e nos recolocarmos sobre as nossas expectativas para a educação, para a escola, para o aluno, para a nossa livre docência. E é a partir do imaginário das pessoas que fazem parte de processo de trabalho, que emergem os diversos questionamentos deste estudo.

Ao analisar o trabalho docente dentro da educação, procuro chamar a atenção destes profissionais, para que estes se manifestem em meio à intensa desvalorização da sua prática. Refletindo, sobre a responsabilidade do ser docente, procuro pronunciar idéias que busquem a produção dos conhecimentos, concepções de História, percepções políticas, problemas de sua formação, práticas de ensino e compreensões a respeito de suas funcionalidades como professores de História. Configurando um modo de ser e pensar uma educação de qualidade.

Proponho neste estudo, que os diversos componentes do ambiente escolar reflitam sobre si mesmos. Para que assim, o ser professor caracterize-se por uma postura de

compromisso, aonde ultrapássemos as barreiras das nossas frágeis formações, de nossas dificuldades em sala de aula.

Em relação ao ensino de História, a problematização gira em torno da necessidade de reformulação desta disciplina, e o papel desta para a formação de cidadãos críticos e autônomos. Nessa perspectiva, concordo com algumas abordagens historiográficas, que contribuem para redimensionar as práticas do ensino de História, no âmbito de propor aos alunos e professores um trabalho que produza os conhecimentos históricos conciliados às suas experiências sociais.

Assim, para discutir algumas propostas curriculares, presente na educação brasileira, trago como ponto de análise, as relações dos professores do ensino público com as autoridades governamentais e com a gestão das escolas em que atuam. Envolvendo, os objetivos formulados pelos programas curriculares, não me esquecendo da relação do professorado brasileiro com seus materiais, conteúdos e alunos.

As mediações aqui propostas acompanham ainda questionamentos sobre o significado do trabalho escolar, sendo inseridos os modos de lidar e articular eixos temáticos para a disciplina História. Como também, a mudança de comportamento dos jovens modernos, percebendo o posicionamento destes, em relação à dinâmica da sala de aula.

Esta reflexão, trás como iniciativa a reformulação do perfil heterogêneo dos professores, pautado na possibilidade de fazer existir a autonomia destes, no lidarem com conteúdos, temporalidades, espacialidades, etc. Pensando, sobre as intervenções uniformizadoras das propostas curriculares, não como mobilizadoras do trabalho docente, mais sim como instrumento para articular os conhecimentos para abertura da criticidade de ambos os componentes da sala de aula.

Universalmente, a intenção era pesquisar a atuação dos professores, procurando entender a falta de responsabilidade e autonomia destes. Tendo em vista, o comportamento padrão e reprodutivo dentro das salas de aula. Como também, suas frustrações construídas ao longo da sua perda de autoridade, diante da ausência de imposição por parte dos professores, com relação aos problemas a serem enfrentados, e da necessidade de realização prática de seus objetivos.

Ao trabalhar com a problemática da desvalorização do professor, considerei importante para este diagnóstico, ressaltar a necessidade de algumas reformulações na formação obtida dentro da universidade. Não somente, pois é necessário ainda, que não culpemos a formação superior pela nossa atuação bancária. Estes levantamentos discutem a

possibilidade, dos professores exporem suas motivações e elementos eleitos como ideais para uma prática educacional.

Capítulo I

Currículo e educação:

suas formas e expressões dentro do ensino de História e na escola.

Neste capítulo, farei uma breve análise sobre as propostas curriculares, tendo como pontos de pesquisa a LDB e o PCN. Faço uma abordagem sobre as diversas discussões presentes nesses currículos, apresentando uma análise crítica, mas também concordante com algumas questões presentes nas diretrizes disciplinares.

Ao refletir sobre currículo, percebo que há um forte discurso, nas diferentes áreas historiográficas que me possibilita pensar a educação. Dessa maneira, a LDB e o PCN, servirão de referência para o capítulo inicial. Isto porque, esses foram importantes para uma reorganização educacional das últimas décadas.

No estudo, considero como fatores importantes, para elaboração deste trabalho, alguns eixos temáticos do PCN, alguns artigos retirados da LDB e alguns pareceres concebidos através de entrevistas com professores de duas escolas públicas no município de Tupaciguara. Tento me situar, ainda, nas perspectivas que estes programas trazem para a disciplina História, visando problematizar a presença destes, como mecanismos de controle do Estado, gerando procedimentos e instrumentos para uma aprendizagem de qualidade.

Estes aparelhos de auxílio ao professor, foram ganhando espaço, na medida em que os intelectuais, historiadores e políticos. Perceberam a necessidade de mudanças para o campo pedagógico. E não somente isso, mas ocorreu ainda, a conscientização de uma futura crise na educação, e também o recorrente desejo de mudar os quadros estatísticos internacionais, visando uma melhor posição do país, no que diz respeito à alfabetização dos brasileiros.

O processo de instauração destes currículos, não ocorreu de maneira aleatória, mas sim, a partir dessa necessidade de mudança no ensino. Assim, a elaboração destas propostas curriculares em meio intelectual causa um debate envolvendo complexas questões. E estes se aprofundam ainda mais a partir da conscientização de uma crise na educação, sendo elaboradas então, diversas reflexões:

Uma crise na educação em qualquer ocasião originaria séria preocupação, mesmo se não refletisse, como ocorre no presente caso, uma crise e uma instabilidade mais gerais na sociedade moderna. A educação está entre as atividades mais elementares e

*necessarias da sociedade humana. que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres humanos.*¹

Analisando as colocações de Arendt, e refletindo sobre a educação brasileira, percebo que os intelectuais e as cadeiras políticas, habilitadas para o efetivo funcionamento deste órgão, preocuparam-se ao criar os currículos, solucionar problemas mais evidentes nas instituições escolares do nosso país. Aonde, torna-se indispensável à renovação das práticas metodológicas, para a eficaz instrução das novas gerações. E mostra, até agora uma inquietação com a dinâmica do mundo moderno.

A discussão da autora faz refletir sobre este processo de reformulação da educação, na medida em que as novas propostas curriculares começam a ser pensadas após a ditadura militar e da necessidade do MEC em planejar uma nova perspectiva para educação brasileira.

Estes novos programas são por vezes alvos de críticas, porém existem discussões que conseguem proferir modos de lidar com este sistema. E a partir destas leituras, podemos afirmar que para trabalhar com os currículos, devemos levar em conta os saberes existentes, adquiridos ao longo de nossa formação e ainda o vigoramento da identidade profissional. Para assim, dar uma direção e uma aliciação na perspectiva de qualidade do ensino.

As medidas curriculares constituem-se em um mecanismo de poder, que surte efeitos em cada um de nós. Assim, a prática deste, possibilita uma formação mais crítica, de formar sujeitos conhecedores dos diversos conhecimentos. Porém, devemos estar atentos às orientações presentes nesses documentos escolares, pois quando analisadas se percebe suas pretensões, que tipo de aluno o governo objetiva e como que estas circulem em meio à educação.

A inserção destes currículos no ambiente escolar se deve principalmente às diversas reformas educacionais e à precisão de mudança na educação, entendida por intelectuais, políticos, etc. De modo que, criaram a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo aqui abordada a de 1996.

No interior deste projeto, está explícito uma iniciativa de organização para tornar possíveis as competências da escola. Então, essa reformulação possui denominações que buscam rever as necessidades da educação brasileira conduzindo um logotipo de redemocratização social e cultural.

Vejamos algumas significações redundantes, previstas na nova LDB², e o que ela oferece em primeira instância:

¹ ARENDT, Hannah. A crise na educação. Entre o passado e futuro. 1.ed. São Paulo: Perspectivas, 1972. p. 234.

² Artigo 3 da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

VI – gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais;

IX – garantia do padrão de qualidade;

Este artigo remete que a educação é direito universal do homem, considerando que todos são seres políticos e sociais. E visa principalmente, o exercício da cidadania deste. Vale observar então, que a educação, após o processo de democratização do país, restitui-se como um mecanismo para produzir um modelo de cidadão e a escola traduz-se como um instrumento para esta prática.

O direito, como cidadão de ter acesso à escola, possibilita então, a aprendizagem da leitura, da escritura, a instrução de regras para práticas dos costumes da sociedade ou da comunidade, regras de moral, lidar com o falar, com o redigir. Neste sentido, a escola torna-se um caminho para formar cidadãos capazes de compreender, posicionar, conhecer, perceber, desenvolver e questionar, no interior da sua realidade.

Todavia, o discurso de cidadania apresentado pelo PCN aparece devoluto, pois não fica explícito qual a noção de cidadania a ser alcançada. A cidadania, dentro das redes pedagógicas, é em algumas vezes compreendida como: ato de participação política e social, sendo na nossa sociedade associado aos fins eleitorais. Exercer direitos e deveres políticos e civis, que em sua maioria, são reconhecidos apenas os deveres e os direitos vão sendo anulados cada vez mais, justamente pela falta de aplicação efetiva do ser cidadão.

Assim, a prática cidadã parece ser reconhecida pelo acesso à escola, onde o PCN propõe que os indivíduos destas instituições escolares, saibam refletir sobre a sua atuação na sociedade, em relação aos sujeitos do seu grupo, que ele seja solidário, afetivo, etc.

Nesse momento, acredito ser relevante pensar sobre a responsabilidade dada à disciplina História, a respeito, desta formação do cidadão. Para isso, acrescento a seguinte indagação: Será que a disciplina História, consegue alcançar este objetivo? E assim, tentaremos buscar respostas a partir dos relatos de alguns professores da rede pública estadual, no município de Tupaciguara:

Jenifer: Você acha que à disciplina história consegue fazer com que o aluno si reconheça como cidadão?

Edimilson: Eu creio que sim, porque antigamente tinha a matéria, né; OSPB, hoje a OSPB foi integrada dentro da própria história, né; eu falo muito de política né; tento conscientizar os meus alunos da sua importância política, né; dentro do município, do

estado e do país, porque hoje tudo gira em torno de política, né; aquele que não sabe de política, não participa, fica de fora do processo, né; por isso que o voto é importante, por isso que todos nós temos que votar. eee (...) fazer uma boa escolha, né; porque o melhor instrumento que você (...) que nós temos hoje é um voto.

Jenifer: Você acha que o aluno sai consciente, sai da sala, da sala não, da escola que ele é um cidadão ele é capaz de posicionar criticamente na sociedade?

Edimilson: Alguns alunos até que sai, porque agente tenta passar isso daí, agente insiste na importância, por exemplo, do aluno votar, né; agente enfrenta às vezes uma barreira do aluno às vezes não quer votar, devido a vários fatores que ele vê aí, né; como corrupção por exemplo, mais agente tenta fazer o papel de professor de mostrar a importância dele participar da vida política, né; do município, do estado e do país.

Jenifer: E a questão crítica?

Edimilson: Pois ééé (...) há, há (...) isso mesmo, né; a crítica principalmente negativa, né; ééé (...) de nós viemos aí de vários problemas, né; de corrupção que existi no país, então há uma crítica muito grande em torno disso aí, mais a gente sempre leva para o lado positivo, porque só com o voto e o aluno votando o cidadão é que nós vamos colocar pessoas cada vez melhores pra governar o nosso país.³

Nos relatos do professor (Edimilson), percebemos que com a integração da OSPB na disciplina História, e a efetivação de um debate em torno da política, há um resultado positivo para que o aluno se reconheça como cidadão, principalmente pelo direito ao voto. Estando esta discussão, pontuada na realidade política de nosso país, alguns alunos saem das escolas conscientes de sua cidadania, em que esta se encontra na realidade social, ligada aos fins eleitorais.

Vejamos o que a professora Simone, pensa a respeito das mesmas indagações:

Jenifer: Você acha que, o aluno, sai da história consciente de que ele, da escola, sai consciente de que ele é um cidadão?

Simone: Olha, aí; alguns, né! Que esse aluno que si interessou pelo conteúdo, que você conseguiu fazer isso, colocar ele mais crítico, mais investigativo, né; e do papel dele dentro da sociedade, aí sim: ele, já sai, achando que ele é um cidadão ele é conhecedor dos seus direitos, dos seus deveres, ali: dentro da sociedade, sim. Mais aaa (...) hoje, como eu ti disse, tá difícil demais. Então a maioria; si você perguntar: até o quê que é cidadania, eles fica em dúvida, não sabe o quê que é isso, né? Então, você tem que trabalhar muito isso dentro de sala de aula si você quiser, que a maioria saia com essa idéia, sabeé (...) que eles são cidadãos, e saber do papel deles dentro da sociedade.⁴

Na fala da professora, já se percebe uma concepção diferente, pois ela diz que alguns alunos, saem da escola consciente do que é ser cidadão, de que eles têm um papel a se cumprir dentro da sociedade, estando este sancionado por direitos e deveres. Porém, há a falta

³ Entrevista com Edimilson Ferreira do Nascimento. Professor (efetivo) de História na Escola Estadual Clertan Moreira do Vale. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

⁴ Entrevista com Simone Luiza dos Santos. Professora (efetiva, de licença maternidade na época em que fora entrevistada) de História na Escola Estadual Sebastião Dias Ferraz. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

de criticidade na grande maioria, não sabendo nem mesmo o significado da palavra cidadania.

Assim, ao analisar os relatos percebemos que as opiniões são distintas, mas acredito que isto é devido, à concepção do que é ser um cidadão para cada indivíduo da instituição escolar. Visto que, no primeiro depoimento, o aluno se caracteriza como cidadão ao ato de votar, e no segundo, o ser cidadão estar ligado à efetivação dos direitos e deveres.

Resume-se então, que o ser cidadão, apresenta-se nestas falas, como um indivíduo consciente de seus direitos e deveres, um ser que saiba valorizar a sua atuação democrática no cenário político e que saiba impor seus valores na sociedade em que vive. Refletindo sobre estas condições, acredito ser necessário a discussão de Bittencourt, para podermos colocar na análise a relação entre cidadão proposto pelas propostas curriculares, e o cidadão decorrente das salas, para a sociedade:

*[...] para a maioria das propostas curriculares, o ensino de História visa contribuir para a formação do cidadão crítico, [...] tem como objetivo básico fazer o aluno compreender o tempo presente e perceber-se como agente social capaz de transformar a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática.*⁵

Assim, as formas de pensar se completam, porém não afirma que o aluno se atribui como cidadão crítico. O que persiste na realidade destes indivíduos, se caracteriza com a realidade do mundo moderno. Estamos discutindo sobre uma nova geração, assinalada por uma transformação em sua diversidade cultural, onde estes enfrentam problemas com a sua própria identidade social. E está em seu domínio às informações elaboradas principalmente pela mídia, acarretando novas formas de comunicação, de conhecer e apreender a sociedade.

Não fica claro, se os objetivos do ser cidadão, presentes nas propostas curriculares conseguem existir dentro da escola, como também não fica explícito se a disciplina História, consegue ou não, preparar os jovens para o exercício de sua cidadania. Mas, o a se possível afirmar, é que estes alunos contribuem com suas decisões, no que diz respeito ao mundo que lhes interessam, eles manifestam seus pensamentos de acordo com o grupo social, no qual ele está inserido. E há também uma independência no seu pensar e no seu agir, visto que mesmo não estando em grupo ele assume os deveres do seu mundo social.

Como já fora dito, as propostas curriculares conduzem a efetivação de novas metodologias e conteúdos programáticos. No intuito, de formar cidadãos reconhecidos e

⁵ BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: _____. (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 19.

conhecedores de sua cidadania. Contudo, as realidades sociais das instituições de ensino não traduzem isso realmente. Por diversos motivos, nossos alunos saem até mesmo sem conhecer o conteúdo da disciplina História. Isso é devido, ao posicionamento da direção, dos professores, enfim, tudo depende da postura de cada componente da escola.

Mas é a partir destes currículos, que percebemos a falta de atitude de alguns sujeitos da escola, no que diz respeito à efetivação do desejo de mudança, da busca de uma educação de qualidade. Afirmando isto, devido perceber que alguns destes indivíduos não procuram desenvolver iniciativas que possibilitem o ser cidadão. Eles se preocupam mesmo é com suas condições de vida, a indisciplina dos alunos, a inadimplência dos pais, sem refletir sobre o fracasso escolar, sobre a necessidade de melhoria da educação. Dessa maneira, apresento a seguinte questão: Será que as ideologias curriculares estão congruentes com o meio escolar?

Em boa parte desses programas, está à discussão de uma relação ensino/aprendizagem e a questão da produção do conhecimento. Porém, há uma grande problemática referente à realidade social das escolas. Algumas redes de ensino, do estado Minas Gerais principalmente, estão passando por reformas no que diz respeito à estrutura física destes ambientes, proporcionando assim melhores condições de aprendizagem e de trabalho ao professor. Contudo, a carga horária para as disciplinas de humanas continua pequena. Mas o incabível é a falta de apropriação e aprofundamento, por parte dos educadores, dos materiais e recursos que vêm sendo fornecidos pelo estado já citado acima.

Diante de tantas reformas curriculares, estamos vivendo uma transformação da educação, aonde a direção e os componentes da escola, tem conhecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da nova LDB. Devido estes, utilizá-los para estruturar o Projeto Político Pedagógico de suas instituições escolares, de maneira que os sujeitos deste cenário não aproveitem essas propostas e as condições que o governo mineiro promove, para realizar uma aprendizagem crítica e de qualidade.

Nesse sentido, o currículo caracteriza-se com normas a serem consideradas e aderidas. Porém, se tem visto sobre as propostas curriculares, diversas críticas no campo de sua implantação. Muitos professores impugnam os programas curriculares, devido estes aplicarem metas a serem consideradas, sem estimar as diferentes questões presentes nesse ambiente pedagógico. E consideram ainda, que os currículos inviabilizam os projetos de redemocratização, levando em conta o modelo econômico neoliberal e as necessidades presentes na sociedade brasileira.

Não podemos deixar de pensar, que as propostas curriculares, não deixam de ser expressões internacionais. Digo isto, por perceber que as leis educacionais, são apresentadas

para atingir metas a serem alcançadas em território nacional. Existe a presença de órgãos como: FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, a UNESCO e outros mais, que criam limites percentuais para o nosso país.

E assim, o desejo de alcançar estas metas, para ser visto no campo internacional como país desenvolvido, fica tão exorbitante, que os órgãos que delineiam estas propostas, não se preocupam com o como estas serão recebidas, ocorrendo assim à desqualificação dos conhecimentos propostos. Muitas das vezes, as instituições de ensino ficam bastante preocupadas com as cobranças, com seus salários, com a falta de tempo e com vários outros problemas, que não relevam o sentido dos programas propostos à educação.

Nesta perspectiva, os programas apresentados às instituições escolares, conduzem uma maneira de abordar conteúdos, sugerem metodologias para uma aprendizagem de “qualidade”. Mas, seguindo o pensamento de alguns pesquisadores na Educação, entende-se que ele ampara uma ideologia de emancipação do país, de modo que este possua indivíduos alfabetizados capazes de produzir conhecimentos direcionados a minuciosidade econômica do mesmo, o que significa então, um percentual de desenvolvimento intelectual da nação brasileira.

É necessário problematizar ainda, o conhecimento presente em algumas análises historiográficas, pois algumas reflexões proporcionam discutir a organização temática alusiva para a disciplina História. Podemos verificar a existência de sugestões para trabalho, que são proveitosas ao promoverem discussões importantes na Escola. Entretanto, o conhecimento histórico atual, está cada vez mais reprodutivo, sem a ocorrência da criticidade.

O que se verifica na realidade do ensino de História no momento presente, é a sua inexistência, a História como ela realmente é não perpassa nos “muros da escola”, o que se corrobora na atual circunstância é a internalização no debate dos grandes historiadores, reduzindo o saber histórico em fórmulas esvaziadas e formando reprodutores acríticos no que diz respeito ao pensamento historicista.

Nossos professores se amparam nos livros didáticos, fazendo ocorrer à repetição mecânica da grande historiografia, tratando a historicidade dos fatos como verdadeira e inquestionável, devido estes serem elaborados por grandes historiadores. Mas, as novas perspectivas historiográficas, no campo da revisão da disciplina História, trazem como fuga ao reprodutivismo o debate de outras erudições, ou até mesmo fatos do dia-a-dia que possibilitem esclarecimentos críticos.

Assim, verifica-se nos temas transversais, que estes não coadunam com os temas tratados nas instituições escolares. Subtemas⁶, como: Declaração Universal dos Direitos Humanos, Direitos da Infância, da Juventude e da Velhice, que colaborariam para um exercício de cidadania, não são trabalhados nas disciplinas escolares e nem mesmo na disciplina História.

O quadro da situação até aqui descrito, apresenta-se num estado infortúnio, pois se as próprias orientações do PCN trazem problemas, a forma como seus objetivos são recebidos na escola, aprofunda mais ainda o horror pedagógico. Se estas propostas acarretam uma postura para as disciplinas, tentando trazer para o ambiente escolar, questões sociais: de meio ambiente, relações de gênero, direitos humanos, etc. E essas fundamentações não se constituem, acredito que estamos em um profundo fracasso escolar.

Marcos Silva⁷, aponta uma exclusão social aprofundada no Ensino de História, mas o pior de tudo é esta exclusão refletida na sociedade como um todo: no desemprego, na desqualificação profissional, etc.

Outra questão a destacar sobre as temáticas transversais, é que vislumbrememente a História Linear abordada nos conteúdos dos livros didáticos, não alcançam a História Crítica proposta pelo PCN. Nos quais, professores prosseguem com estes conteúdos sem procurar aperfeiçoar o conjunto de assuntos abordados, e sem buscar uma criticidade.

Acredito que, o professor tem que elaborar um saber, ele deve fazer um excelente uso do seu próprio material, visto que o governo estadual possibilita o uso de recursos propícios para a aprendizagem das diversas competências do saber. E adotando este tipo de metodologia, concordando com Sefner⁸ o professor se tornaria um professor pesquisador. De maneira, que a dinâmica da sala de aula passe a pensar no ensino como pesquisa. Contudo, devemos levar em consideração a forma como cada professor encara o processo de aprendizagem e qual a concepção de história que possuem.

Conceição Cabrini⁹ discute em suas análises, os conteúdos apresentados aos alunos, onde são por vezes cristalizados e distantes da realidade em que vivem. A maneira como se trabalha a disciplina História, faz existir a exclusão da realidade do aluno, ocorrendo então, a impossibilidade de questionar sobre a própria historicidade do aprendiz. Não se reflete, sobre

⁶BRASIL. *Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. – Brasília: DP&A, 2006, p.85.

⁷ SILVA, Marcos A. Ensino, ideologia, conhecimento. In.: SILVA, Marcos A. (org.). *Repensando a História*. 6. ed. São Paulo: Marco Zero, 1984, p. 19.

⁸ SEFFNER, Fernando. Teoria, metodologia e ensino de História. In: GUAZELLI, César A. B. (org). *Questões da teoria e metodologia da História*. Porto Alegre. ed. UFRES, 2000.

⁹ CABRINI, Conceição; CIAMPI, Helenice [et al]. *O ensino de história: revisão urgente*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense. 1987.

uma dimensão histórica da realidade individual, da sua família, da sua classe, do seu tempo, acarretando a invisibilidade de ser um agente histórico.

O professor de História precisa ser alguém que entenda os fatos históricos, não que este deva saber tudo o que aconteceu com a humanidade. Mas, que tenha plena consciência que a História é produzida, para assim obter uma visão crítica do trabalho histórico existente. Constituindo, portanto, conteúdos que superem o reprodutivismo, estereótipos, mitos e preconceitos vigentes na nossa historiografia nacional.

Tendo em vista, que o conteúdo a ser desenvolvido em cada classe, é o seu objeto de estudo, portanto, somente o educador pode determinar o teor das atividades a se concretizar. Não o bastante, a produção histórica, corrobora ainda a recuperação das relações humanas com seus grupos, fazendo então, emergir as relações sociais demandadas de mediações que reconstruam os sujeitos históricos a partir da sua própria natureza.

De maneira, que a busca de conhecer a História, não se torne apenas à apreensão de datas e fatos, mas também de colocar o educando em contato com os processos de construção/reconstrução do passado, ou seja, abrir um diálogo acerca do presente valendo-se das interpretações inerentes à produção do conhecimento histórico. O papel da disciplina História não é somente de resgatar o passado, mais sim, o de construir, a partir de questões provindas do presente.

É como Villalta¹⁰ afirma em suas análises, que os professores se prendem muito aos planejamentos e livros didáticos e se esquecem dos seus alunos. Estes educadores não abrem um espaço para o aluno se ver como tal. Podemos compreender que, assim como o historiador o professor também dá ênfase no humano.

Nas análises de Carvalho¹¹, podemos refletir sobre essa relação entre professor e historiador. O que podemos retirar de suas discussões, é que se o historiador pesquisa para pensar numa melhor condição humana, e o professor tem como tarefa árdua, de libertar seus alunos do fetiche.

Possuindo este olhar, o professor retiraria o mito de que, estudar serve apenas para uma ascensão em meio social. Visto que, a educação atual, está permeada de políticas educacionais neoliberalistas, onde a formação do aluno se relaciona com a qualificação para o mercado de trabalho, sendo apresentada em teoria à formação de um cidadão.

¹⁰ VILLALTA, Luiz Carlos. Dilemas da relação teoria e prática na formação do professor de História: alternativas em perspectiva. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, nº 25/26, set. 92/ago.93, p. 223-232.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. O historiador às vésperas do terceiro milênio. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. ed. UFMG. Belo Horizonte, 1999.

Devemos nos preocupar em assegurar o desenvolvimento dos nossos alunos, nos diferentes estágios de suas vidas. Para isso, a qualificação profissional é fundamental, não somente, mas inquietarmo-nos em enriquecer nossas aulas de História, favorecendo uma renovação prática no ensino desta disciplina.

A respeito desta discussão, Marcos Silva faz algumas ressalvas, que considero importante:

Apesar dessas ressalvas, a crítica ao quadro atual da aprendizagem de História na escola de 1º e 2º graus não pode renunciar à análise da produção de conhecimento também como modalidade de poder, abrangendo sua manifestação na escola e noutros espaços de produção do saber e do conjunto da vida social e possibilidades de sua superação.

(...)

Nessa perspectiva de reflexão, também é possível repensar algumas 'evidências' sobre a produção de conhecimento histórico costumeiramente intocada. O contato direto com fontes documentais e a problematização do concreto em todos os níveis de estudo são espaços ainda escassamente ocupados pelo ensino de História de 1º e 2º graus e que podem ser ampliados. (...)

A criação de conhecimento histórico crítico, para além da reprodutibilidade do estado de relações sociais já existentes, é um espaço a ser conquistado pelos que estiverem por ela interessados. A recuperação de historicidades silenciadas pelos grupos sociais dominados em contextos específicos de sua prática social (greves, eleições, campanhas salariais e outros) dá exemplo daquela possibilidade.¹²

Este debate faz repercutir, a associação de alguns componentes da escola, pensar na disciplina História, como inferior ou banal. Assim, como no diálogo com Marcos Silva, creio na necessidade de mudança, pensando numa melhoria da situação geral, em que se encontra esta área do conhecimento humano.

Além disso, Marcos Silva, propõe a elaboração de novas possibilidades para a produção do conhecimento histórico. Suas atribuições consideram necessárias, empregar no Ensino Básico, os estudos históricos dos grupos sociais, sendo estes por vezes silenciados, inserindo nestas colocações a problematização do concreto, dando ênfase nas fontes documentais. Para dessa maneira, estarmos caminhando para uma mudança, que preencha lacunas abertas ao longo da história desta disciplina.

O essencial a se situar, neste exato momento, é a crise em que perpassa o ensino de história, não somente, como a carga horária exígua, e até mesmo ao que é considerado como ensino de história. A importância da disciplina, por muitas vezes se resume ao nada, os objetivos a serem almejados, por diversas rinhas não são alcançados. Nessa linha de pensamento, alguns sujeitos que compõem a estrutura escolar, se deixam reduzir por vários

¹² SILVA, Marcos A. *Ensino, ideologia, conhecimento*. In: SILVA, Marcos A. (org.). *Repensando a história*. 6.ed. São Paulo: Marco Zero, 1984, p. 22 e 23.

fatores. Recorremos as análises de Isabel Marson, para melhor discutir sobre esta problemática:

(...) Nas escolas, pela falta de autonomia e entraves de toda a ordem. A persistência da política educacional conservadora, cujas regulamentações regem o ensino de História, por autoritária e intransigente, frustra, esvazia e denigre qualquer alternativa inovadora. Quando vindas dos órgãos oficiais, como parte de projetos centralizados engendrados nos programas políticos, esgotam-se juntamente com estes projetos nas flutuações das ondas do poder porque, se apoiados e incentivados enquanto em fase de planejamento, atingem a prática em momento adverso e se desintegram nas disposições intransponíveis da burocracia e das regulamentações. Terminam apenas por preencher relatórios, ocupar verbas, e, o que é pior, desacreditar qualquer proposta realmente dinamizadora das práticas de ensino. Por outro lado, quando criadas na experiência particular e isolada de cada professor em sua classe, permanece ali segregada, sem divulgação e sem apoio, especialmente por parte das autoridades competentes da própria escola. Num caso e noutro, perpetua-se uma política que corrói o sentido mais criativo e gratificante da educação, e reproduzem-se as formas autoritárias e repetitivas necessárias à conservação da ordem vigente.¹³

Estas concepções, apontadas pela autora, consideram que todos esses motivos alavancados sugerem o mal estar pedagógico, no qual os professores se encontram. Embora, muitos criarem experiências que renovem o ensino de História, por diversos desencontros, suas práticas não são reconhecidas.

Todavia, a persistência para mudar a nossa realidade, não deve ser abatida. Concordando, com Fenelon¹⁴, nós temos que nos inserir no meio social e político do momento atual. E para isso, torna necessário, quebrar à maneira tradicional de passar conhecimento. Devemos nos colocar como “sujeitos da história”, e assim, situarmo-nos como agentes produtores.

No momento atual em que vivemos o professor caracteriza-se, como divulgador do conhecimento. Não o bastante, ele não consegue uma dinâmica para a sua sala de aula, e acaba culpando seus alunos, sem perceber que eles é que estão seguindo uma direção inexata. A nossa história, está sendo construída por indivíduos que não se reconhecem e nem se identificam com o processo histórico. E o passado, se direciona apenas à “memória nacional”.

Outra dimensão a ser pensada é a perspectiva curricular, destinada à escola, inserindo uma nova temática, sem pontuar a realidade destas:

¹³ MARSON, Izabel Andrade. Controvérsias na história do Brasil: uma experiência controversa. In: SILVA, Marcos A. (org.). Repensando a história. 6. ed. São Paulo: Marco Zero, 1984, p. 141.

¹⁴ FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a Cultura Popular; história de classe ou história do povo?, In: História e Perspectiva, nº 6, Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós Graduação em História Universidade Federal de Uberlândia. 1992, Uberlândia Jan./Jun., 2009.

*A escola, é importante destacar, integra um conjunto de objetivos determinados pela sociedade e articula-se com eles, contribuindo para os diferentes processos econômicos e políticos, como o desenvolvimento industrial, comercial e tecnológico, a formação de uma sociedade consumista, de políticas democráticas ou não.*¹⁵

A partir das colocações de Bittencourt, é possível compreender que a escola possui uma relação intrínseca com a sociedade. De forma, que os objetivos gerais desenvolvidos nestas, estão de acordo com o momento histórico, em que vive esta sociedade. Assim, o papel da escola, se constitui em fornecer conteúdos de instrução, obedecendo aos amplos objetivos educacionais.

A instrução oferecida pela entidade de ensino, torna-se capaz de criar saberes próprios, pois os professores possuem autonomia para selecionar um conjunto de conhecimentos, capazes até mesmo, de influenciar o saber erudito. Contudo, o que ocorre na dinâmica da escola é que a liberdade individual¹⁶, às vezes passa a ser limitada por outros professores da mesma escola, um exemplo disto: a escolha do livro didático, que é selecionado em conjunto, delimitando assim, o currículo.

A escola possui ainda hábitos, valores e modos de pensar, por isso, a liberdade do professor também é restringida pelas tradições de ensino de cada escola, às vezes os supervisores e diretores abusam de sua autoridade, impondo restrições aos docentes, deixando-os sem artifícios para lidar com seu cotidiano.

Franco¹⁷ faz um estudo das análises de Gramsci, apresentando o que este pesquisador pensa a respeito da disciplina na escola. O que podemos tirar desta discussão, é que a escola, deve se preocupar com o desenvolvimento positivo do aluno. Portanto, empregar-se de conteúdos escolares, não se dá naturalmente. As realidades da escola e do aluno estão inseridas num contexto de socialização do saber, entre outras palavras, elas necessitam de um material apropriado, pois uma instituição pedagógica preocupada com a melhoria da qualidade do ensino revolve-se e repensa a sua função, buscando instruir os alunos de maneira o mais competente possível.

Nesse sentido, a instauração do PCN e de outras propostas curriculares, exigem que o professor propague uma metodologia plausível. Na medida, em que estes programas, se

¹⁵ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 42.

¹⁶ CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. In: *Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH, vol. 28, nº55, jan./jun., 2008.

¹⁷ FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. *A disciplina na escola*. In: *Revista Ande*. São Paulo, SP, p. 62-67, 1986.

apresentam preocupados com a produtividade da escola. Isto pode ser percebido a partir da presença de alguns recursos governamentais previstos na LDB, como:

II – aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

IV – levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

VII – aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.¹⁸

Apesar de muitos professores, não concordarem que o governo possibilita uma provável educação de qualidade, podemos verificar que este pensamento é contraditório, pois, em minhas experiências nas redes públicas estaduais, no município de Uberlândia, e em alguns contatos com as escolas estaduais do município de Tupaciguara. Pude averiguar que o que ocorre, na maioria das vezes, é um mau aproveitamento dos recursos adquiridos, a partir dos investimentos governamentais ao estado mineiro.

É certo, que em muitas escolas há uma superlotação de alunos, há uma falta de apoio por parte da direção. Porém, não devemos deixar que todos estes problemas acarretem na desqualificação da nossa profissão docente. Tivemos ao longo de nossa formação, a instrução do saber lidar com teorias e metodologias¹⁹, sobretudo saber refletir sobre as ciências humanas.

Desta maneira, podemos perceber o desencanto de alguns professores, em relação às cobranças governamentais, onde em entrevista, a professora Simone, dispõe algumas concepções:

Jenifer: Você sente uma cobrança da Secretaria de Ensino dentro da escola?

Simone: (...) as cobranças são muitas, mais igual eu estou te falando, não na qualidade de ensino, e sim no preenchimento de papeladas, pra que tenham estatísticas. Mais na qualidade de ensino pouco si fala, si fala muito, igual agente tem que recuperar o aluno que está ficando atrasado, né. Mais não, num ti questiona a que método você deve usar, não faz uma oficina pra gengente discutir, qual que seria a melhor saída pra isso, simplesmente impõe que você tem que recuperar aquele aluno e tem que preencher aquele papel ali, porque quando voltar à inspetora vai verificar si está fazendo, mais o papel num prova si você está fazendo ou não.²⁰

¹⁸ Estes artigos estão presentes no artigo 70 da LDB, de título VII: Dos Recursos Financeiros.

¹⁹ SEFFNER, Fernando. Teoria, metodologia e ensino de História. In: GUAZELLI, César A. B. (org). *Questões da teoria e metodologia da História*. Porto Alegre. ed. UFRES, 2000.

²⁰ Entrevista com Simone Luiza dos Santos. Professora (efetiva, de licença maternidade na época em que fora entrevistada) de História na Escola Estadual Sebastião Dias Ferraz. Entrevista realizada na cidade de Tupaciguara no ano de 2009.

Na fala da professora, podemos perceber o quanto ela sente falta do apoio da direção escolar, que a expansão do ensino vem sendo caracterizada pela exigência de resultados, sem saber a origem destes. E se sente ainda, desamparada no que diz respeito, à ausência de propostas metodológicas, que promovam a compreensão ou a recuperação dos conhecimentos desenvolvidos.

Ao refletir sobre estas afirmações, me indago: será que realmente, podemos considerar a inexistência de fatores propícios, para fazer existir a educação mais humana? Acredito que não, o que falta em nossa realidade é força de vontade, é atitude por parte de alguns componentes da escola, pois estes se deixam excluir. Aguardam que, outros resolvam os problemas à sua volta, sem refletir sobre as causas e as consequências deste tipo de comportamento.

Pensando desta forma, os agentes escolares, atribuem às propostas curriculares a repreensão do processo de marginalização e exclusão do professor. E se caracteriza num mal estar profissional, pois estes pensam estar nas diretrizes, à retirada de sua autonomia e o pouco da sua autoridade. E o mais incoerente, é que eles se colocam em um decurso de professor excluído para incluído. Eles que não colaboraram para a elaboração de nenhum projeto curricular, agora têm que fazê-lo funcionar na prática, na sala de aula.

É a partir das falas do professor Edimilson, educando de História, na rede pública estadual de Tupaciguara, que podemos elaborar este debate:

Jenifer: O que você pode dizer dos PCNs, LDB e livro didático?

Edimilson: E isso aí infelizmente, isso aí vem lá de cima, né (...) e a gente participa muito pouco. São coisas que vem lá de cima e você tem que engolir, é (...) eles num dá muita liberdade pra gente que está aqui em baixo fazer essas escolhas, isso aí, vem muito de lá de cima; da secretaria de educação, né; e praticamente isso é repassado pra gente. (...). Então as coisas do governo: ele implanta as coisas primeiro, depois que vai vir os recursos, né! Então isso aí é uma coisa muito errada no meu ponto de vista.

Jenifer: Mais você vê assim, o que está no PCN presente dentro da escola?

Edimilson: Não, não isso aí, a gente seguiu o PCN porque você tem um planejamento, e você vai fazer um planejamento em cima do PCN, você não pode sair disso, porque eles não te dá tanta liberdade nesse sentido. Você pode adaptar uma coisa ou outra, mais você não pode fugir muito do PCN não (...) Mesmo tendo a realidade de cada escola você tem que ter um roteiro pra você seguir, e esse roteiro é os PCNs.²¹

Nos argumentos do professor Edimilson, percebe-se bem a noção de inclusão e exclusão, referida nos parágrafos acima. Ele se encontra como excluído, na criação e

²¹ Entrevista com Edimilson Ferreira do Nascimento. Professor (efetivo) de História na Escola Estadual Clertan Moreira do Vale. Entrevista realizada na cidade de Tupaciguara no ano de 2009.

imposição dos programas curriculares, e se percebe como incluído, no momento da sua prática cotidiana, onde os implementos foram decretados, mas há a ausência dos recursos metodológicos.

Mas a problemática, neste momento, decorre do apego ao planejamento, onde muitos professores, tomando este tipo de postura, retiram a sua liberdade, porque, mesmo podendo resguardar novas estratégias que possibilitem retirar-se do reducionismo, eles não as objetiva. Parecem estar num estado de evasão, para fundamentar teoria e prática histórica, sem refletir sobre o ser docente, e também sem sugerir transformações para um ensino mais humano.

E não somente isso, pois a escola, num todo, não está simplesmente diminuta. Digo isto, por perceber que a gestão escolar, juntamente com seus professores, pode colocar em prática suas vertentes, através do Projeto Político Pedagógico, e a própria LDB regulamenta esta inclusão. Vejamos o artigo 26, presente na nova LDB, e algumas discussões de Toschi, que aprofundam este debate:

*Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.*²²

*(...), compreende-se o PPP, como uma proposta que emana do poder público, com uma clara orientação de confiar à escola a responsabilidade de elaborar sua proposta, a ponto de tratá-la como matéria em lei nacional – a atual LDB. Conforme o inciso I do art. 13, é tarefa do estabelecimento de ensino elaborar e executar sua proposta pedagógica, cabendo a participação dos docentes no processo. Outros instrumentos legais, como o Plano Nacional de Educação, consideram o PPP como elemento essencial da gestão e autonomia escolar, ressaltando a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes.*²³

Dito isto, as propostas governamentais não se encontram exclusivamente em estado superior, como parece. Embora, eles disporem metas a serem alcançadas, ocorre à distribuição de recursos, que confiam à gestão escolar e aos outros componentes deste cenário, considerar estas lacunas para a produção de seu próprio saber.

Vejamos como a professora Silvia, funcionária do estado, também em uma escola pública do município de Tupaciguara, pensa sobre a mesma questão:

²² Artigo 26 da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.

²³ FONSECA, Marília/OLIVEIRA, João Ferreira de/ TOSCHI, Mirza Seabra. *As tendências da gestão na atual política educacional brasileira: autonomia ou controle?* ed. DP&A, p. 62.

Jenifer: O que a senhora pode dizer sobre os PCNs, livro didático, LDB?

*Silvia: Olha éé (...) tudo isso auxilia, mais não pode ser encarado como uma diretriz única, que você vai seguir de olho fechado. Nem sequer, pra falar a verdade, nem sequer os PCNs eu acho que isso aí deve acontecer, porque se você deixar de tratar o seu aluno como indivíduo, você não consegue nada, e isso se você seguir certamente você vai bitolar, vai dar uma aula padronizada, num é bem isso que eu espero que os meus alunos sejam, sabe? Não quero que eles sejam cordeirinhos e nem mesmo um monte de Silvia, não é isso?*²⁴

As observações, da professora Silvia, podem debater com as diversas leituras feitas para esta pesquisa, na medida, em que as maneiras de refletir sobre a educação se entremeiam. Elas concordam que, as diretrizes curriculares, não devem ser tomadas, como únicas estratégias de ensino. Nós também, possuímos objetivos a serem alcançados em sala de aula, e é a partir destes que formularemos com o auxílio dessas propostas os nossos saberes históricos.

É perceptível, em alguns professores a não interação de forma positiva, com as diretrizes educacionais, eles a entendem como proposta coerciva de metodologia, de conteúdo, da sua função, do aluno, etc. São para eles, propostas que reprime a sua profissão, e que molda a escola, de acordo com os interesses dominantes.

O inquietante, em minhas reflexões, é que, os indivíduos que compõem o cenário escolar têm livre arbítrio. No entanto, eles deterioram ainda mais a educação brasileira, apeteendo melhores condições de trabalho, e deixam de elaborar seus próprios saberes. Acarretando, na nossa realidade o seguimento de articulações transversais e reproducionistas.

Os professores têm liberdade de expor às tendências contextuais e explorá-las, da maneira que considerarem viáveis. Portanto, o que falta para uma maior competência da apreensão dos conhecimentos, é uma organização do saber docente, para que este consiga alcançar alguns de seus próprios objetivos. Porém, ele não deve se deixar levar ao não fazer nada, pois por mais que este sistema seja imposto, nós conseguimos interagir com ele, inserindo as nossas articulações.

Neste caso, devemos observar a presença de um coletivo profissional no sistema escolar. Acredito então, que estes deveriam em unidade, criar um clima propício, em seus locais de trabalho. Para repensar os currículos, aonde isto só seria possível, através da abertura de encontros, debates e pesquisas que almejem refletir sobre suas práticas. No

²⁴ Entrevista com Silvia Lima Prudente. Professora (efetiva) de Português na Escola Estadual Clertan Moreira do Vale. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

intuito, de extinguir com o pensamento redundante a respeito do fracasso escolar e consequentemente, indagar sobre a possibilidade de construir uma educação mais humana.

Pensar em uma educação mais humana inclui refletir, sobre o desenvolvimento humano dentro da escola. É necessário, compreender esse processo de humanização, proporcionando a criação de novos saberes, de novos conhecimentos. Devemos volver cada vez mais, a construção de identidades, de identificação de valores e regressarmos sempre às memórias, sendo estas constituídas de sistemas simbólicos ou não.

Outras dimensões, sustentadas no pensamento de alguns professores, é a respeito de mudanças efetivas dentro da escola. Consideremos o que a professora Simone, expõe em entrevista, respondendo a esta indagação:

Jenifer: Você acha que está tendo mudanças, assim, medidas pra mudar;

Simone: Não.

Jenifer: (...) o ensino?

Simone: Hoje eu acho que ainda, as medidas que tão ocorrendo, apesar (gravador parou) os (...) os índices apesar, estar mostrando que está melhorando, ainda: esses índices não são verdadeiros, porque (...) cresce bem menos do que é mostrado dentro dos índices; a melhoria. Então, você avaliar, igual tem as avaliações de português e matemática, você não está avaliando o ensino, né? O ensino não é aaa (...) a, não é só português e matemática, eles acreditam que avaliando português e matemática o aluno estaria preparado, né; pro mundo, só com isso. Na verdade não é isso, né! Pra você ter uma formação mesmo do aluno as disciplinas que colocam como, ele mais crítico, né; que ele conheça mais a sociedade que ele está vivendo, que ele si, é (...) si reconheça como cidadão, seria necessário as outras disciplinas, né. Então ele volta sempre pra isso é português e matemática, ele tem que saber ler, escrever e calcular. Mais na verdade não é isso que agente precisa pra melhoria do ensino.²⁵

A partir destas afirmações, a professora (Simone), coloca que há uma diminuta expansão das mudanças propostas ao ensino. E dispõe ainda, a superioridade dos conhecimentos matemáticos e da língua portuguesa, no interior das disciplinas escolares, sendo as outras áreas do conhecimento, apenas complemento da aprendizagem dos discentes. Mas, o que intriga a professora é o uso destas duas disciplinas, como competências, para a formação de um cidadão, de uma criticidade, de uma sabedoria, ou seja, o calcular e o escrever alcançam todos os objetivos e conhecimentos propostos para as outras áreas da aprendizagem.

Partindo do pressuposto, que as cargas horárias, dispostas nos currículos, para cada disciplina, são condicionantes para efetivação de nosso trabalho. Então, a existência de

²⁵ Entrevista com Simone Luiza dos Santos. Professora (efetiva, de licença maternidade na época em que fora entrevistada) de História na Escola Estadual Sebastião Dias Ferraz. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

conhecimentos superiores se dá, a partir do cotidiano de cada estrutura escolar. Desta forma, o sentimento de inferioridade emana da ausência de autonomia, do isolamento recorrente, dos sujeitos ativos no processo educativo.

Portanto, a organização do nosso trabalho está condicionada pela organização da escola, sendo esta inseparável da organização curricular. Dessa maneira, se essas últimas organizações referidas, priorizam uma carga horária extensa para outras disciplinas, não podemos deixar que esta lógica afete nosso trabalho.

Em diversas análises, o entendimento dos PCNs, aparece como uma complexa proposta curricular, perpleta de diretrizes axiológicas, com orientações metodológicas, critérios avaliativos, conteúdos específicos em todas as disciplinas do ensino, carregando conteúdos que devem ser trabalhados de maneira transversal.

Entende-se, que as mudanças previstas nas propostas curriculares, objetivam constituir identidades consideradas aceitáveis ao coletivo, identidades que possuam modos de agir, que se comportem como convém e estejam aptas a aprender o que é estabelecido, pelas relações de poder, como legítimo e válido.

Mas, ao pensarmos desse modo, é preciso que essas verdades sejam permanentemente questionadas, que duvidemos das intenções das práticas curriculares, das suas concepções, dos seus fins, da própria forma de realização e da expressão utilizada para exaltar os resultados. Reconhecer os efeitos dos currículos em nossas vidas, para entender que rumo o destino social está tomando.

Devemos ter nas nossas ações de repulsão, uma tentativa de ressignificação da escola e da educação como espaços onde nossas idéias possam existir, sem pretender por intermédio de um currículo, fabricar sujeitos homogêneos e em harmonia com os ideais elitista.

Capítulo II

A educação que possuímos... a escola que temos e o professor que não somos.

Por décadas, a educação é discutida entre os pesquisadores desse campo. Dentro da academia se desenvolvem propostas, idéias, publicações, etc. Sendo que, estas iniciativas são em sua maioria, finalidades que buscam interferir nas relações educativas, escolares ou acadêmicas, tentando refletir sobre uma melhoria na Educação Brasileira.

Assim, estas teorias veiculadas no contexto educacional brasileiro, demonstram de certa forma ter avançado, pois conseguem mesmo que minimamente alcançar a estrutura escolar, contribuindo então para um ensino de qualidade. Embora estes, na grande maioria das vezes, apresentarem um antagonismo em suas estruturas. Para os diversos sujeitos da educação, é necessária uma unidade, no ensinar e no aprender, pois supõem esforços, custos e sacrifícios de toda natureza. Por isso, é preciso que no sentido próprio da palavra, aquilo que se ensina valha a pena.

Neste sentido, a pesquisa torna-se possível, a partir da abstração destes pontos, tentando perceber como que este antagonismo estrutural e a visão destes sujeitos da educação, comportam dentro da Educação. Dessa maneira, proponho uma análise sobre a posição dos diversos indivíduos que compõem o ambiente escolar e o seu conteúdo expresso para a transformação do professor em um mero trabalhador manual.

Para realização destes objetivos, busco compreender o cotidiano escolar através de olhares dos professores que atuam na Rede Pública no município de Tupaciguara. Com isso, procuro uma reflexão sobre as diferentes relações dentro das instituições escolares, pois estas me possibilitam perceber as intervenções do Estado Capitalista dentro da educação. Nesse sentido, torna-se perceptível, entender a Escola, como uma estrutura do sistema, juntamente com outros mecanismos de produção simbólica e de formação das consciências das pessoas, que atendem as necessidades das classes dominantes de plantão, hoje denominadas “neoliberais”.

Tomando como referência a prática docência, apresento como elemento de problematização, o descompromisso destes com sua função. Digo isto, pois a meu ponto de vista, alguns professores seguem uma determinada proposta, com objetivos prontos e aulas estruturadas. Isto acarreta a reprodução de objetivos e estruturas predeterminadas de aula,

anulando a capacidade de criar e estimula uma dependência e ingenuidade e não a sua autonomia, sua criticidade.

O educando, tem como tarefa árdua educar seres humanos, capazes de adquirir conhecimentos, de fazer ocorrer à transformação do processo educativo. Contudo, ele não pode limitar-se a transmitir conhecimentos memoráveis e repetitivos, pois com isso, estaria promovendo uma acomodação ao mundo da obediência. Dessas articulações, acredito ser necessário colocar o seguinte questionamento: O que é realmente, ser um educador?

Acompanhando este pensamento, no intuito de buscar respostas, são ilustrativas algumas falas dos professores já apresentados no primeiro capítulo, em que eles respondiam qual o papel, e o que é ser um educador:

Jenifer: Qual que é o papel do educador pra você?

Simone: Formar cidadãos, pra mim, é o: papel principal do professor, né? Não é só você transmitir conhecimento. É que ele saia da escola, mais assim, se sentindo um cidadão²⁶.

Jenifer: E o que é ser educador pra você?

Edimilson: Eu acho que (...) ser educador ééé (...) é formar pessoas, né; pessoas de caráter, formar pessoas que venha ser (...) ter uma índole, né; muito boas futuramente, pessoas que realmente participam né; que quer um Brasil cada vez melhor.²⁷

A resposta da primeira professora (Simone) é bastante contundente, pois ela responde que o papel do professor é transmitir conhecimento e formar cidadãos. E na visão do professor (Edimilson) ser educador é formar uma moral, uma índole. Portanto, há a presença de diferentes discussões, na esteira historiográfica educacional, que nos apresenta significados diversos para o ser professor e o ser educador. Onde na maioria das vezes o professor é caracterizado como o ser que ensina o conteúdo programático e o educador mais ligado ao pedagogo.

Porém ser um educador ou um professor, de acordo com as novas abordagens pedagógicas, está bem além de formar pessoas que agem dentro da legalidade, de formar cidadãos conhecedores dos diferentes saberes. As propostas existentes, sobre a opressão da pedagogia, dos professores atuantes nas redes públicas de ensino, apresentam na maioria, a busca de uma práxis libertadora, onde, os professores procuram ser mais valorizados. Estas

²⁶ Entrevista com Simone Luiza dos Santos. Professora (efetiva, de licença maternidade na época em que fora entrevistada) de História na Escola Estadual Sebastião Dias Ferraz. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

²⁷ Entrevista com Edimilson Ferreira do Nascimento. Professor (efetivo) de História na Escola Estadual Clertan Moreira do Vale. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

análises vêm estes indivíduos, como sonhadores, em que, seus sonhos os levam a refletir sobre suas práticas, os animam a correr atrás de novas descobertas.

Estes sonhadores²⁸, na tentativa de serem reconhecidos, lutam por uma liberdade de denunciar e anunciar, eles desejam ser menos dominados, ser menos explorados. E especificamente na área de História, estes indivíduos têm em sua essência a ação do ensinar, e através de novas metodologias ensinam o aqui e o agora, mas também fazem uma viagem pelo passado, e sonham, inventam, encorajam, denunciam e anunciam o amanhã.

Pensando dessa forma, nos retiramos um pouco das análises de Roldão²⁹, em que a autora afirma que ser professor se resume ao fato de ensinar, onde o docente faz aprender alguma coisa presente no currículo e este ensinamento só se completa quando é dado a alguém. Contudo, na grande maioria das salas de aula, o professor apresenta-se apenas com esta funcionalidade, mas o educador deve ser mais que isso.

Nos novos debates o profissional do ensino, deve ter em mente que a sua ação mobiliza inúmeros saberes e também atitudes, ele deve ainda saber se posicionar, não impondo o seu pensamento como único, mas demonstrar a complexidade do universo que os rodeiam, e principalmente ele deve ter em mente que o ensinar é coletivo, portanto ele se dá através da interdisciplinaridade com seus colegas, mas também fora da sala de aula, com os familiares e membros da comunidade.

No entanto, nossa realidade não se constitui dessa maneira, existem docentes com diferentes perspectivas de sua profissão, alguns lutam demonstrando a sua identidade, pensamento, ideologia, etc. Assim, o que está presente nesta dicotomia, é que parte deste professorado, se encontra a serviço da desumanização, praticando uma educação bancária.

E assim, refletindo sobre o que não fomos e o que não somos que esta análise se constitui, com isso não trago dicas a serem seguidas à risca, mas sim alguns pontos que considero relevantes para a prática docente, no intuito de uma educação de qualidade. Concordando com Freire³⁰, a educação é *práxis*, reflexão e ação do homem sobre o mundo, que defende, também, a ruptura, a transformação social, contribuindo com a conscientização do oprimido na medida em que este constrói dialeticamente a passagem de sua consciência ingênua para uma consciência crítica.

²⁸ FREIRE, Paulo. Educação: O sonho possível. In: BRANDAO, Carlos R. (org). *O educador: vida e morte escritos sobre uma espécie em perigo*. São Paulo, 12. ed: Graal, p.91-101.

²⁹ ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, nº. 34, jan./abr.2007.

³⁰ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Neste contexto, percebo um descontentamento entre os professores a partir de vários pontos significantes, nos quais existem fatores constantes que direcionam este desencanto com a profissão, como: a desvalorização do professor, as más condições de trabalho e o mais perpetuante, os baixos salários. Tudo isso, a partir da fala de alguns professores:

Jenifer: Durante esse tempo que você dá aula, você percebe melhorias na sua qualidade de vida, na sua condição de trabalho, nos direitos do professor?

Simone: Não na minha qualidade de trabalho hoje com relação à profissão de professor eu só vejo que tá piorando, cada dia que passa a situação tá ficando pior, porque medidas que são adotadas dentro do ensino, nunca é para beneficiar o professor e sim pra prejudicar, porque a gente tem salário, já é uma coisa que tá taxado, né; que a profissão muito mal remunerada é a nossa de professor, mais o apoio com relação ao professor dentro da educação tá muito ruim porque o professor não tem direito a quase nada dentro da escola, acaba que realmente nós estamos, assim, desarmado. O aluno com relação, igual eu ti falei, o problema maior é a indisciplina, você não pode fazer mais nada, você tem que suportar o aluno dentro de sala de aula seja ele na condição que estiver, porque hoje, pelo menos na nossa escola hoje, você não pode nem mandar o aluno mais pra fora. Não pode dar advertência pra ele, a não ser que tenha três advertências, si ele assinar ou si alguém assinar, então acaba o que o professor não tem saída, si o aluno quer estudar não quer estudar, si ele está atrapalhando a produtividade dentro da sala, você é obrigado a ficar com ele dentro de sala de aula e acaba o quê, que a sua, é (...) Não compensa hoje o salário que a gente ganha com relação ao que a gente trabalha. É realmente, assim, você trabalha porque a gente fez o curso, você gosta da profissão? Eu gosto muito de dar aula, gosto muito da minha profissão. Mas cada dia que passa está desgastando mais, e realmente todo professor a discussão geral que você vê é que a gente tem que olhar para outras perspectivas mesmo de buscar um outro caminho, porque dar aula hoje está sendo uma missão muito difícil.³¹

A partir destas palavras, podemos constatar que infelizmente há uma gama de professores fugindo do campo escolar, e justificam esta fuga, devido os baixos salários que recebem (ainda que tenha quem afirme que os salários não são assim tão baixos), e se justificam ainda, pela inadequada infra-estrutura, o excesso de alunos, ligado à indisciplina destes, e onde, além de tudo isso, existe uma profunda desvalorização e desprestígio de sua função profissional, alegando a falta de vontade política dos governos e da direção para se melhorar à educação pública.

Consideremos agora, as falas da professora Silvia, com relação a este debate:

Jenifer: Assim, nas condições de trabalho e nos direitos do professor?

Silvia: (...) é a principal bandeira de todo professor falar que está ganhando mal. etc. Realmente, se agente for comparar com uns doze, treze anos atrás o poder aquisitivo do salário do professor baixou muito, see (...) é (...) ainda não é (...) não é um mau

³¹ Entrevista com Simone Luiza dos Santos. Professora (efetiva, de licença maternidade na época em que fora entrevistada) de História na Escola Estadual Sebastião Dias Ferraz. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

salário, talvez porque eu não possa eeeuu (...) como eu tenho dois cargos, eu dependo de dois cargos, eu não possa dizer que não dê pra eu viver, mais éé (...) meu poder de compra, o poder de compra do meu salário baixou muito, bastante”.

Jenifer: E em relação às condições de trabalho?

Silvia: Ééé (...) eu acho que não, acho que isso melhorou bastante, há um compromisso maior, né; com as instalações, com o material pedagógico que ééé (...) é enviado pras escolas e também com a formação continuada do professor, isso sem dúvida alguma eu acho que isso melhorou bastante.

Jenifer: E os direitos do professor?

Silvia: Os direitos continuam os mesmos, as leis continuam as mesmas, não tem diferença nenhuma (...)”³².

Portanto, por mais que muitos docentes afirmem que suas condições são péssimas e seus salários exíguos, isso não se concretiza na realidade. Digo isto, pois os argumentos tratados pela professora Silvia demonstram isso, e existem pesquisas³³ sobre a educação, que visualizam mudanças concretas e apontam como consequência destas mudanças a necessidade de adesão dos educadores e dirigentes da educação, à difícil tarefa de desenvolver uma educação de qualidade para todos, preparando cidadãos capazes de participar conscientemente na definição dos destinos de nossa sociedade.

Estas pesquisas direcionadas à gestão da educação, também apontam para a mudança da nossa sociedade no geral, e talvez, a atenção dada à administração pública e a administração educacional, esteja sendo tão crescente por parte dos governos nacionais e organismos internacionais, que a elevação ou não dos salários destes professores, não seja tão fundamental para efetivação das mudanças.

Mais sim, a convicção de que todos, pedagogos, pais, alunos, membros da comunidade em geral, são parceiros na construção do conhecimento. Dentro disso, nós docentes temos como missão propiciar e facilitar o processo de aprendizagem e de construção do conhecimento, pois se desejamos melhores escolas, precisamos de melhores educadores.

Assim fica evidente, que no cotidiano da escola está presente uma teia organizacional³⁴, existem educadores, supervisores, avaliadores, técnico de ensino, administradores, com suas devidas funcionalidades para administrar a educação de qualidade. Nesta perspectiva, o professor não é mais o sabe tudo, mas sim, um especialista que orienta e apóia o processo de aprendizagem. O administrador escolar passa a ter como

³² Entrevista com Silvia Lima Prudente. Professora (efetiva) de Português na Escola Estadual Clertan Moreira do Vale. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

³³ GONZÁLES, Miguel Arroyo. *Indagações sobre currículo : educandos e educadores : seus direitos e o Currículo*. BEAUCHAMP, Sandra Denise Pagel, NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do, (org). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

³⁴ Idem.

responsabilidade, coordenar o projeto pedagógico da escola, facilitando o processo de construção do conhecimento humano.

Existem várias produções, que nos fazem refletir sobre estas posições. E algumas delas, preocuparam-se em analisar qual é a cara do professor³⁵. Constatando que esta cara não existe, não existe um perfil, o que é possível de averiguar é a presença de uma Rede de Ensino com diferentes posicionamentos, e enquadrada, por conteúdos uniformes e padronizados.

Ao analisar a heterogeneidade do professorado atual, percebemos a presença de diferentes colocações, captando estes, nas falas dos professores entrevistados. Nesse sentido, acredito ser necessário que todos nós façamos uma reflexão, que nos possibilite pensar, sobre o quão nulos nos deixamos ser, na falta de buscar um status dentro da nossa sociedade. De que, ao deixar que nos retirem nossa autonomia, nossa criticidade, passamos a culpar os órgãos governamentais, que atuam nas diversas camadas administrativas do nosso país. E nos adaptamos a uma política educacional padronizada, deixando descaracterizar quem somos, deixamos de demonstrarmos nossos interesses, nossa autonomia político-pedagógica, nossa capacidade de criar.

Após refletir sobre a necessidade de nos tornarmos visíveis dentro da educação, considero importantes as palavras dos seguintes professores, aonde eles respondem sobre o seu próprio reconhecimento, como personagens da história:

Jenifer: Você se reconhece como personagem da história na posição de professor?

Edimilson: É agente não deixa de ser um personagem, né! Só quee (...) eu acho que um personagem hoje, agente perdeu muito a importância que tinha alguns anos atrás. Hoje o professor não é tão valorizado como já foi alguns anos atrás não. Então a gente tem a importância, a gente reconhece essa importância, só quee (...) a própria sociedade, a oo (...) próprio Estado, parece que aos poucos vai diminuindo essa importância do professor e até a qualidade mesmo de professor eu acho que caiu muito, né. Devido ao salário ser muito baixo hoje, pessoas às vezes de um nível melhor poderia ingressar na carreira de professor não estão entrando. Eu acho assim, que tá vindo uma safra de professores não tão competentes como tinha alguns trinta anos atrás.³⁶

Tal afirmativa pressupõe a solicitação de um apoio maior à classe educadora, visto que, ao longo do tempo o professor perdeu a sua importância, devido às condições de trabalho não propiciarem uma qualidade profissional. Não o bastante, as más condições de

³⁵ RICCI, Cláudia Sapag. *Da intenção ao gesto: quem é quem no ensino de história em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 1999.

³⁶ Entrevista com Edimilson Ferreira do Nascimento. Professor (efetivo) de História na Escola Estadual Clertan Moreira do Vale. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

trabalho afastam o interesse de se tornar um educador. E há ainda, a necessidade de uma melhor formação dos profissionais do ensino.

Ao associar a noção de formação profissional em nossa discussão, considero importante fazer essa relação entre o papel do educador e sua formação. Para isto, dou relevância à fala da professora de português (Silvia), sua resposta é referente à formação pedagógica dos diretores e supervisores, que atuam na mesma instituição aonde ela trabalha:

Jenifer: Mas ele não é formado em pedagogia?

Silvia: É formado em pedagogia, mas, assim, uma formação meio falha, né; principalmente porque não tava muito interessado, nunca achou que fosse precisar ser supervisor, né. É igual àquele pessoal que, assim: a vou fazer uma faculdade porque vou subir na carreira, então eu não sei, eu não quero nada, né; mais eu sei falar português. Então eu vou fazer a faculdade de letras, eu nunca vou precisar dar aula de inglês mesmo, e aí a hora que aparece a primeira aula de inglês ele fala: ou é isso ou é nada, então eu vou dar aula de inglês, aí eu vou dar aula de português, aí você vê professor de português que nem lê.³⁷

Neste caso, o ser professor parece limitar-se ao homem que pode simplesmente ensinar qualquer coisa, onde a sua formação é no ensino, e não no domínio de qualquer assunto particular. Com isso, é necessário afirmar, que o resultado deste tipo de pensamento é um negligenciamento da formação docente em relação às suas respectivas disciplinas. A escolha em se formar numa área do ensino, não leva em consideração a precisão de conhecer a própria matéria. Isso que dizer, por sua vez, que não apenas ocorre o abandono de nossos alunos, mas também que a fonte mais legítima da autoridade do professor, ou seja, o saber mais, e saber fazer mais que nós mesmos, não é mais eficaz.

Com estas falas, percebe-se que a desvalorização docente é ainda, definida por duas palavras: compromisso e formação profissional. Digo isto, pois é através destas palavras, que se percebe a transformação de instituições de ensino em instituições vocacionais, sendo estas incapazes de fazer com que uma criança adquira pré-requisitos de um currículo padrão. Esta profissão, neste momento parece resumir-se ao nada. Por que somente quando eu não consigo êxito em diversos setores do mercado de trabalho é que decido ser um professor? Por que considerar esta prática tão fácil, sendo eu um fracasso escolar?

A profissão docente acaba sendo flagelada, aonde os discentes acadêmicos descontentes com suas escolhas profissionais, chegam às salas de aula sem nenhum compromisso com sua profissão, querem apenas ganhar seu mínimo salário, ou por mais que

³⁷ Entrevista com Silvia Lima Prudente. Professora (efetiva) de Português na Escola Estadual Clertan Moreira do Vale. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

este motivo seja absurdo, existem fatores dentro da sociedade que apontam deficiências profissionais, aprofundando cada vez mais esta desvalorização.

Sendo a insegurança, a falta de coragem, o individualismo, etc. Em que o individualismo apresenta-se como fator principal da falta de confiança nas pessoas que nos rodeiam, tornando-nos pessoas fechadas, isoladas e incapazes de nos defender.

Tudo isso colabora para a desvalorização da profissão docente, mas o desrespeito se aprofunda, quando os professores percebem a existência de falhas na sua formação profissional, mas se fecham para o verdadeiro objetivo da função. E assim, a função do professor se caracteriza pela qualidade de seu trabalho em dirigir um melhor potencial para a força de trabalho, ou seja, em orientar conhecimentos e qualificações para os estudantes, possibilitando a estes condições para vender sua mercadoria.

Fatores estes que colaboram para entrar nas discussões de Fenelon³⁸, onde o professor aparece perdido, sem saber o que fazer, seguindo assim o caminho proposto pelo Estado, ou seja, caem na reprodutibilidade, pois não refletem sobre a produção do conhecimento histórico, e não crescem em suas aulas visões de processos sociais e políticos. Tudo isso, resvala de sua má formação.

Até o momento se considerou como problemática à qualidade do ensino, aquela formação que não proporcionou meios para lidar com as barreiras da prática docente. Em muitos diálogos percebemos que as disciplinas teóricas e práticas da nossa formação, são para confirmarem objetivos a serem alcançados, portanto não ocorre um repassar de métodos, pois assim estaria proporcionando uma reprodução de metodologias, o que se percebe então é a demonstração de problemas a serem enfrentados. Para que estejamos preparados para a realidade a ser experimentada.

O que as novas perspectivas trazem é uma aprendizagem do dia a dia, com a sua prática, onde:

*Nossa luta deve ser assim, dirigida para buscarmos assumir, de fato, nossa função de docentes, procurando, com a humildade devida, aperfeiçoar, cada vez mais, nosso desempenho, através, não só de estudo, mas também de troca de experiências e opiniões entre nós a fim de que todos nos enriqueçamos intelectualmente.*³⁹

³⁸ FENELON, Déa Ribeiro. A formação do professor de história e a realidade do ensino. In: *Cadernos Cedes*. São Paulo, Cortez, 1985, pp. 24-31.

³⁹ POMPEU, Celso Baccharin. Algumas reflexões sobre o ensino (II). In: *Educação e Filosofia*, Uberlândia, vol. 2, n.º. 4, jan./jun. 1998, pp.154.

Neste contexto, cabe a nós superar as lacunas deixadas na formação, deixando de lamentar pela orientação que não tivemos, devemos procurar ser um professor ideal, pois o professor real já está extremamente ultrapassado. Segundo Villalta:

*Esse é o professor real, de uma precariedade teórica e didática assustadora (...) Esse “professor real” é resultado de um processo em que salários aviltantes, jornadas de trabalho extremamente pesadas, ausência de recursos e materiais didáticos nas escolas e, como corolário da interação desses elementos, uma “seleção natural” no interior da “espécie docente” rebaixaram, terrivelmente o nível do professorado, tornando-o um campo fértil para a proliferação e sobrevivência da incompetência.*⁴⁰

Contudo, não devemos nos responsabilizar e carregar sozinhos o caos pedagógico. No pensamento de Villalta as entidades acadêmicas também devem se integrar para melhoria da formação acadêmica, em que os diversos departamentos se integram no âmbito de elaborar um projeto que vise à formação de um professor ideal e que reconheça as deficiências do ensino.

A desvalorização dos profissionais da Educação é ainda percebida através das Leis propostas pelo Estado, como exemplo; alguns artigos presentes na LDB:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

V – período reservado a estudos, planejamentos e avaliação, incluído na carga de trabalho;

*VI – condições adequadas de trabalho.*⁴¹

Sobre os profissionais da Educação, ficamos diante de propostas aparentemente hábeis, mais ao analisarmos percebemos arestas em sua elaboração. Isso porque o que está presente no artigo 61 realmente é visto ao longo da formação em licenciatura, mas estes

⁴⁰ VILLALTA, Luiz Carlos. Dilemas da relação teoria e prática na formação do professor de História: alternativas em perspectiva. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 13, n.º. 25/26, set. 92/ago.93, pp. 226.

⁴¹ Artigo 61 da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.

infelizmente não comportam ações diretas para uma formação que se retire da reprodutibilidade.

Assim, muitos professores pensam as suas condições de trabalho, como péssimas quando as estruturas das escolas não lhes dão segurança, quando há a superlotação das salas de aula, os condicionantes institucionais, ausência de pais e outros segmentos da comunidade, baixos salários, etc.

Porém não se percebe uma descentralização do cotidiano escolar somente na LDB, este é apenas um dos mecanismos que estabelece orientações para organização da escola. Contudo, a forma como estas diversas reformas educacionais são recebidas, concordando com Marcos Silva⁴², provocam um aprofundamento da desqualificação e desvalorização de professores e alunos, pois às vezes são entendidas como repressoras, sendo que algumas delas apostam na descentralização do processo de produção do saber.

Nesse sentido, o que se percebe é um conjunto de estratégias que produzem e reproduzem as determinações que caracterizam o Estado Capitalista. Em síntese, a política educacional está pouco preocupada com o exercício da autonomia dos indivíduos, mas sim com um sistema escolar universal, que acompanha obrigações, como: formar indivíduos que saiba lidar com um mundo fora dos eixos.

Assim, caímos na discussão de responsabilidade e autoridade do professor. A autoridade do educador e as qualificações do professor não são as mesmas coisas. Embora um pouco de qualificação, ser indispensável para o exercício da autoridade. A qualificação consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir outros acerca deste. Contudo, a autoridade se identifica com a responsabilidade que se assume por este mundo, ou seja, o exercício desta autoridade significa assumir a responsabilidade pela qual o campo da educação está tomando.

A realidade da educação atual caracteriza-se pela rejeição de responsabilidades, e é por este motivo, que os profissionais do ambiente escolar se encontram tão insatisfeitos com a sua realidade. O seu desgosto pelo estado em que reside, vem da recusa em assumir a responsabilidade de uma nova ordem para a educação brasileira. Permanecendo sempre dentro da atividade educacional, um conservadorismo preservador de um *status quo*.

O ponto crucial neste momento, é que estando o professor em meio a tantas articulações, existem condições propícias, que possibilitam no exercício de sua função gerar conhecimento, e melhor ainda, aliadas à consciência de sua autoridade, se faz possível gerar

⁴² SILVA, Marcos A. da. A impaciência do preconceito e o coro dos contentes. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 7, nº 14, mar./ago. 87. p. 255-260.

um conhecimento acrescido de autonomia. Todavia, a nossa realidade não se constitui desta maneira, o que perpassa os muros da escola, é uma falta de compromisso e atitude com relação à repetência, a ausência de construção de seus próprios saberes, enfim, à qualidade do ensino.

No entanto, o descontentamento causado no professor, faz com que a indignação de alguns se tornem motivo de luta por melhorias, aonde a busca maior é por uma educação autônoma, pois consideram que este processo educacional atual condiciona um individualismo, acarretando no enfraquecimento da formação do eu.

Neste contexto, não se almeja apenas uma educação crítica, mas também uma melhoria de condições de vida, que pouco a pouco vem sendo alcançadas. E os indivíduos inseridos nesta realidade, cada vez mais percebem o quão é importante à palavra ação. Como afirmava Sartre: “O homem é aquilo que ele faz”, portanto, seu objetivo só será alcançado a partir de suas manifestações.

Outro dilema presente no ambiente escolar e na vida do professor é a questão do relacionamento com o aluno. Na revista Carta Capital, existe uma discussão da autora Sandra Santos, que nos possibilita pensar sobre a realidade das escolas públicas. Nesta reportagem⁴³, ocorrem os seguintes questionamentos: “Será que vai dar aula? Permitirão que o docente abra a boca? Agredirão verbal ou fisicamente o incauto mestre ou o colega do lado? Se o docente tomar providências disciplinares, será acatado?”.

A insatisfação no que diz respeito à disciplina do aluno, também pode ser percebida através de algumas falas da professora de História (Simone), onde ela fala um pouco sobre esta nova geração moderna:

Jenifer: Na faculdade agente discute também a mudança de gerações eee (...) agente vê muitos professores falando que essa geração de agora é mais difícil de lidar com ela. do que as gerações passadas, devido as tecnologias, você concorda com isso?

Simone:Concordo porquee (...) assim, com a mudança de geração, né; a tecnologia (...) é e como eu ti falei o acesso a internet, ahh (...) é bom por um lado, é muito bom, a internet, ajuda muita coisa, mais com relação a leitura, é péssimo, né; ninguém lê um livro completo, todo mundo lê capítulos, trechos, porque tem na internet, vai fazer uma atividade, busca tudo na internet e pronto. Até. Na faculdade mesmo agente vê isso, aluno quer fazer um artigo vai lá e copia um pronto, já. Da internet. Então assim, esse aluno, ele começa a ter o quê: acesso a muita coisa, é muito bom por um lado, mais ainda, ele não sabe manusear isso tudo, porque ele acha o quê: que a escola tem que ser voltada tudo pra isso, pra essa modernidade, e deixa de lado aquilo quee; é importante, que é a discussão em sala de aula com professor, com seus colegas, né; os debati, confronto de idéias, então isso deixa de lado. Ahh (...) a maioria dos alunos, tem aluno que te impõe que você deve dá aula assim, sabe, éé (...)

⁴³ SANTOS, Sandra. Na terra de malboro. In: *Carta Capital*, mar. 2006.

eles até querem criar métodos praa (...) pro professor de dá aula, pra forma que eles acha adequado, com o mundo deles. Então isso é que vai sê o mundo e aí fica mais difícil por que; o aluno também de antes ele tinha mais disciplina, porque tinha aquelee (...) aquela coisa assim, do respeito pelo professor, o respeito pelo oo (...) diretor, né; então banalizou a questão de respeito também, então isso prejudicou muito. O ensino hoje.⁴⁴

Este tipo de comportamento em alguns, pode ser explicado em estudos sobre a juventude moderna⁴⁵, no qual eles referem a esta crítica dos jovens de escolas públicas, como maneira de se oporem ao sistema escolar e aos professores. Isto ocorre, devido eles perceberem a precariedade das condições materiais presentes no ambiente escolar. Desta maneira, os alunos do mundo globalizado, estão desafiando os conhecimentos estabelecidos, diante de seus novos olhares para a sociedade brasileira.

Jenifer: Quandoo (...) o aluno chega em você e fala: a professora você deveria dá aula assim, assim e assim, como que você lida com aquilo?

Simone:Depende do aluno, eu discuto com ele de acordo com o que ele vai me oferecer também, tem alunos que querem só, simplesmente quer tirar sarro com a sua cara, e tem alunos que têm idéias também, e você trabalhar a aula também, com quê o aluno já trás de conteúdo, é interessante. Se ele trouxer, é idéias interessantes, eu tento trabalhar em sala de aula, eu já montei textos em sala de aula. É (...) em supletivo, criado por alunos. Com o quê eles tem de conhecimento, ao invés de eu dar aula com meu conteúdo, deixar eles construir o conteúdo primeiro do que eles tem de conhecimento, depois nós confrontarmos o meu conteúdo com o deles. Então já fiz isso, si for interessante e eu analisar e discutir com esse aluno realmente é (...) é sentir que ele tem interesse mesmo, pelo conteúdo, que ele tem idéias, eu sô aberta e aceito pra isso. Agora aluno que vem só, ti, encher o saco mesmo, que está só tirando sarro da sua cara, que eles não tem conteúdo e nada, que eles só querem prejudicar a turma em si, realmente não dá pra considerar, né? Mas agente analisa, eu analiso cada aluno, o quê que ele trás de conhecimento, o quê que agente pode aproveitar dentro de sala de aula.⁴⁶

Com isso, a maneira como são abordados os conhecimentos, aparecem para os alunos esvaziados, e distantes de sua realidade. Acarretando o direcionamento de sua atenção, para fatos atuais, presentes em sua grande maioria, na mídia. Portanto, o que se verifica neste momento, é que os profissionais do ensino, não estão usando a sua capacidade de criar e nem aproveitando as criações de seus alunos. O professorado hoje, precisa possuir uma atuação profissional precisa, ficando ele todo o tempo no nível do conhecimento de uso, trabalhando as várias possibilidades, mesmo que estas saiam de nossa estrutura.

⁴⁴ Entrevista com Simone Luiza dos Santos. Professora (efetiva, de licença maternidade na época em que fora entrevistada) de História na Escola Estadual Sebastião Dias Ferraz. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

⁴⁵ LIMA, Nísia Trindade. Juventude e ensino médio: de costas para o futuro? In: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

⁴⁶ Entrevista com Simone Luiza dos Santos. Professora (efetiva, de licença maternidade na época em que fora entrevistada) de História na Escola Estadual Sebastião Dias Ferraz. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

Diante destas posições apresentadas me pergunto: o porquê deste conflito tão monstruoso? Através destes diálogos percebemos uma tentativa de responsabilizar o aluno por todo o fracasso escolar. Sendo que na realidade, o professor deixa ocorrer a perda de sua autoridade diante das afrontas dos alunos e de seus desinteresses.

A partir da discussão de Zuin em “Adoro odiar meu professor”, onde o autor usa como fonte a internet, ou mais especificamente no sítio de relacionamentos ORKUT, para analisar o modelo de professor, visto pelos alunos. Esta discussão nos permite refletir, sobre essa visão do aluno, e como este se apresenta e se impõe com a mesma figura que caracteriza o docente. O aluno se manifesta de acordo com o que ele vê, no professor. E esta crítica, dos jovens, ao excesso de autoridade de alguns professores, relacionado ao ambiente rotineiro, sem incentivo a criatividade, cria um ambiente caracterizado pela falta de respeito mútuo:

Os diretores têm medo dos alunos, não fortalecem a disciplina entre os alunos, e os alunos sentem-se maltratados e desrespeitados pelos professores. Eles dizem: “Não quero saber, dá seu jeito”, e apagam tudo do quadro, quer dizer, muitos alunos são maltratados. Aí as pessoas vêem isso e muitas se revoltam, só vão mesmo para bagunçar, pra arrebentar a sala, xingar o professor (estudantes pentecostais de escola pública – zona norte do Rio de Janeiro)⁴⁷.

Ponto crucial a ser percebido é que ao falar dos alunos, os professores não refletem sobre si mesmo, com isso eles julgam o seu aluno de maneira a considerar o seu status em relação ao aluno. Sem perceber, que a recusa do aluno em relação à proposta do professor, se faz em decorrência do relacionamento que o educador coloca em sala de aula. Não dando, aos jovens a possibilidade de participar, considerado a sua capacidade de criar, sempre como uma malandragem para retirar a atenção da turma.

Este conflito pode ser percebido frequentemente na adolescência, devido os adolescentes já possuírem condições de assimilarem valores, portanto eles têm consciência de que está sendo instruído para um determinado fim, que por muitas vezes não condiz com o que ele objetiva.

Todo este discurso demonstra que o aluno, através de suas atitudes, quer apresentar as suas idéias, ele quer ser ouvido, e como na maioria dos momentos isso não ocorre, ele se rebela. Nas entrevistas com a professora Silvia, respondendo sobre o como fugir da alfabetização padronizada, ela nos aponta uma maneira de ouvir.

Jenifer: É como que a senhora faz pra não chegar a ser um padrão?

⁴⁷ MINAYO apud TRIDADE, 1999, p.115.

Silvia: E primeiro, a gente às vezes na sala de aula esqueci de ouvir, né? E isso é uma coisa que tem que pensar bastante, eu tenho visto muita gente nova, que nessa necessidade de se impor esquece que tem que ouvir: né? Ninguém sabe tudo nunca, nem quem tá há muito tempo na escola e nem quem acabou de sair da faculdade, né. Se você não tiver humildade pra ouvir e ouvir os seus alunos, porque na verdade você existe pra educá-los, mais pra dá um rumo, não é pra poder formá-los e deixá-los prontim, nem no fim da vida a gente é um ser humano prontim, né? Então a primeira coisa que você tem que fazer é ouvir e deixá-los falar. Sala calada, sala quietinha, que o mosquito voa me incomoda profundamente. Saber ouvir e saber deixar falar e tentar mostrar, tentar o incentivar o censo crítico deles, e fazê-los enxergar um pouco além vê o subtexto da vida igual à gente ensina a vê o subtexto dos textos.⁴⁸

Nessa fala, vê-se que a transformação em sala de aula é necessária, sendo iniciado por todos os sujeitos envolvidos, mas exclusivamente por parte do professor. Dessa forma, todos estes indivíduos estariam retirando um pouco do status existente, do autoritarismo presente, pois se o aluno briga, não estuda, não presta atenção na aula, apresenta ter preguiça, é sinal de que ou a aula está extremamente chata ou ele está se rebelando com a coerção de suas condições de ensino.

Os alunos manifestam estes comportamentos diante do que é trazido a eles, pois os professores “são autoritários e não permitem uma participação mais ativa do aluno em sala de aula; não preparam as aulas; chegam atrasados; lidam com o aluno “padrão”, “ideal” (...)”⁴⁹

Não o bastante, a escola enfrenta ainda, várias problemáticas. Dentre elas, está a presença da família. Visto que, há uma dificuldade de diálogo entre professores e pais. Alguns educadores de escolas públicas apontam obstáculos para se encaminhar soluções conjuntas com os responsáveis pelos jovens.

Mas esta discussão vai muito além, pois se de um lado os professores culpam os alunos pela incapacidade de adquirir conhecimentos, eles ainda buscam na família respostas pelas atitudes dos filhos. Dessa maneira, a inclusão da família na educação dos filhos vem sendo pensada, no intuito de alcançar um sucesso escolar.

Essa perspectiva de inserir a família no cotidiano escolar é examinada principalmente por Bourdieu Passeron, Coley Barton, Berla Henderson e vários outros que analisaram esse tipo de pensamento. Embora estas análises estivessem mais pertinentes nos EUA, elas foram de alguma forma, trazidas para o campo educacional brasileiro.

Nas entrevistas com os professores, podemos verificar a presença dos pais no ambiente escolar, de diferentes maneiras:

⁴⁸ Entrevista com Silvia Lima Prudente. Professora (efetiva) de Português na Escola Estadual Clertan Moreira do Vale. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

⁴⁹ FRANCO, op. cit., p. 65.

Jenifer: Você consegue uma relação amigável com os pais dos seus alunos?

Simone: Os que eu tenho acesso sim, porque (...) como eu estou dentro de uma escola pública hoje, os pais eles afastaram muito da escola: então os que procuram ou os que a gente pedi pra escola, tem um contato bom sim. Porque os que procuram a escola é aquele que acompanha os filho e que tem interesse na educação do filho também. Então há um diálogo muito bom com eles mais a grande maioria dos pais hoje, não procuram a escola.⁵⁰

Constata-se então, que parte dos professores, conseguem um diálogo com a família dos jovens, somente quando são solicitados a comparecer no ambiente de aprendizagem. E com alguns, devido os próprios pais perceberem a necessidade de sua presença, do seu acompanhamento da vida escolar de seus filhos.

Jenifer: Qual a maior dificuldade da escola atualmente?

Edimilson: Ééé (...) a participação dos pais, né; porque hoje principalmente no caso da escola pública, né; escola particular às vezes a participação é maior, mais na escola pública os pais praticamente não participam da educação dos filhos, cobrando, por exemplo: atividades em casa, né; ééé (...) nas reuniões os pais não freqüentam, não vem vê o quê que tá acontecendo com o filho na sala de aula, agente faz reunião aí semanal vem 5%, 3% dos pais. Então eu acho que a maior dificuldade nossa hoje é a participação da família, que é praticamente nula, muita uma porcentagem muito pequena.

Jenifer: Você assim, falou muito que o aluno si mostra desinteressado, muitas das vezes você não acha que esse desinteresse talvez seja alguma falha no professor?

Edimilson: Eu acho que a maior falha não é do professor é na família. Pega todas as disciplinas, si é todas as disciplinas o errado não é um professor, né. Eu acho que o erro maior é a família, que não cobra dos filhos, não participa, né; vem cá, o filho vem ele não quer saber si ele está freqüentando, si ele está fazendo atividades, né; tem as reuniões os pais não vêm não participa, né; então acho que a falha maior não é do professor, porque bons profissionais nós temos. Inclusive nós temos vários professores com pós-graduação, nós temos alguns tem até mestrado, então qualidade de profissionais nós temos, né. O problema maior, no meu ponto de vista é esse relacionamento, né; o desinteresse da família em cobrar, né; principalmente dos seus filhos.

Jenifer: Então você concorda que a família transferiu pro professor éé (...) a necessidade de dar educação pro filho dele, de dar uma moral ao filho deli passou a ser papel do professor?

Edimilson: É nós temos aqui ó, só pra você ter uma idéia, oo (...) a família hoje, ela passou tudo pra escola, até a escovar os dentes os pais tá achando que isso é obrigação da escola, então a escola hoje está muito sobrecarregada com isso, porque quem tá criando na realidade os filhos é a escola, ooo (...) nós temos um exemplo, vou dá um exemplo, de visão, os pais não percebe isso, quem está só percebendo isso é ooo (...) é o professor, né. Isso aí é uma coisa que, a família que deveria ver né; deveria passar só que a família não está preocupada com isso, ela acaba que a escola

⁵⁰ Entrevista com Simone Luiza dos Santos. Professora (efetiva), de licença maternidade na época em que fora entrevistada) de História na Escola Estadual Sebastião Dias Ferraz. Entrevista realizada na cidade de Tupacigara no ano de 2009.

*passou a ser uma escola-mãe, né. E não é bem assim, eu acho que aprendizagem é uma coisa, essa educação de higiene, isso aí deveria ser ensinado em casa.*⁵¹

Nesta concepção do professor (Edimilson), a ausência da família no ambiente escolar, torna-se uma dificuldade para a escola. Sendo esta ausência, mais recorrente na escola pública, os pais se ausentam ainda, na participação ativa da escolarização dos seus filhos. Aonde eles não se disponibilizam para saber sobre o cotidiano escolar. No mais, a família ainda é responsabilizada pelo fracasso escolar, pois os profissionais são bem qualificados para a aprendizagem. E ainda, a família rejeita a sua responsabilidade de educar seus filhos para as diversas atividades do mundo social, como também de perceber algumas deficiências físicas de seus filhos.

Jenifer: Como que é estar nessa profissão?

Silvia: Talvez hoje eu seja, esteja mais tranqüila e possa ter uma visão que eu não estava tendo nos últimos anos. Eu me aposentei de um cargo, dou aula três vezes por semana, estou me sentido mais a vontade pra planejar minhas aulas, pra fazer coisa diferente. Hoje estar, éé (...) na coisa, eu não acredito em estar professor não, acho que de repente você acaba sendo professor, ser professor não é mais um estado, não é também aquilo que o pessoal chama de sacerdócio, né. Deveria ser: uma profissão, que você está fazendo porque gosta, não é porque não consegue fazer outra coisa. Agente acha muito professor que está lá, que estar professor porque num conseguiu achar aquilo, conseguiu fazer aquilo que gosta, mais pra quem gosta não é estar não, é ser é permanente. Eu acho que, apesar das pessoas falarem em cobranças, apesar de falarem assim: (...) há os meninos de hoje, né; os pais de hoje, é muito comum agente ouvir isso, é até bom agente comentar sobre isso, você está chegando lá né; eu ouço muito falar assim: há os pais não cooperam, né; então eu vou chamar o pai pra falar que o filho dele não está bem dentro da sala de aula. Espera aí, dentro da sala de aula não é alçada do pai não é sua, é você que vai ter que dar um jeito, né; então você falar: há o pai não coopera e o pai não coopera porque ele tá preocupado em botar comida na mesa. Não vai você esperar que isso aconteça daqui pra frente, não vai acontecer nunca. Então essa muleta, né; há eu não tô fazendo, eu não tô tendo resultado, porque os pais não cooperam, há isso não funciona. Funcionam as coisas quando são bem planejadas, que são feitas de acordo com todo mundo elas funcionam sim, vou te dar um exemplo: o plano de intervenção pedagógica, você sabe que isso existe, né? Ele bem feito, nós fizemos o ano retrasado, o ano passado, nosso desempenho subiu demais, o nível dos nossos alunos subiu demais, demais. Às vezes quando você fazia, né; ficava lá a tarde, fora no horário extra turno, as vezes tinha dia que ia pouco menino, você pensava há isso aí não dá certo, isso não vai funcionar, to fazendo isso a toa, mais não foi a toa não, funciona, quando é feito organização é feito com cooperação, funciona sim, a escola funciona.

A professora Silvia, apesar de estar falando do estar professor, ela ainda acrescenta falas importantes para esta pesquisa, pois, apesar da persistência de muitos em fugir de suas responsabilidades, existe ainda, em nosso meio, os professores preocupados com a produção

⁵¹ Entrevista com Edimilson Ferreira do Nascimento. Professor (efetivo) de História na Escola Estadual Clertan Moreira do Vale. Entrevista realizada na cidade de Tupacigura no ano de 2009.

do saber. Preocupados com a efetivação da liberdade de cátedra, veiculados a diferentes ideologias, que possibilitam criar um espírito crítico, a partir da problematização da realidade concreta, objetiva e real.

Com efeito, os argumentos de alguns professores apresentam-se incoerentes, devido ao ato de negar a formação especializada. É como a professora Silvia diz: “(...) *dentro da sala de aula não é alçada do pai não é sua, é você que vai ter que dar um jeito, (...)*”, pois atribuir o papel acadêmico à família significa negar a especificidade da educação escolar, conduz a um pedantismo ao papel do profissional docente. É arriscado pressupor que os pais podem ajudar a escolarizar seus filhos, pois eles podem colaborar para confundir o papel paterno/materno com o papel docente.

Afirmar que a família passou tudo para a escola, creio que é uma afirmação a se pensar, pois será mesmo que a família foi quem passou tudo pra escola? Vivemos em uma sociedade extremamente desigual, não somente isso, como a nossa política, o mundo econômico, faz com que busquemos o nosso desenvolvimento, e em contrapartida o do país, por intermédio da nossa força de trabalho, e nossos filhos devem ser escolarizados para cada vez mais o sistema poder contar com esta força.

Com isso, não são os pais que deixam a desejar com as suas responsabilidades, mais sim as condições sociais na qual ele está inserido. E se formos pensar essa perspectiva, a formação capitalista da nossa sociedade, exige da massa consumidora, mais e mais consumismo. Portanto, cada vez mais homens (pais) e mulheres (mães) vendem a sua força de trabalho, para conseguir uma estabilidade social, propiciando melhores condições para a sua família.

Considerando ainda que o próprio governo insere medidas dentro das instituições escolares, principalmente na pré-escola, que condicionam a aprendizagem de higiene do corpo. Devemos ter em vista, que o ambiente escolar e o ambiente familiar não estão separados,

Outra implicação deste tipo de idealização é supor que os pais terão alfabetização suficiente para ensinar o dever de casa, acarretando ainda uma previsão de disponibilidade de tempo dos pais, de modo, que a realidade brasileira não comporta toda uma sociedade alfabetizada. Além disso, o ato de ensinar conhecimentos é único e exclusivamente nosso. A sala de aula é espaço do professor, e somente nós temos a faculdade de consagrar a nossa profissão.

A organização familiar atual, não mais se apresenta com características da estrutura familiar de alguns anos atrás, atualmente esposo e esposa estão inseridos no mercado de

trabalho, seus filhos ficam em creches, pagam babás ou ficam com algum ente da família. Pensar desta maneira é inserir neste novo cenário globalizado a dona de casa, disponível por vinte e quatro horas as seus filhos, casa e marido. Embora a mulher tenha alcançado seu espaço no mercado de mão-de-obra explorada, são poucos os lares que invertem a situação, de o pai ficar em casa, e mesmo que fique em alguns lares ele ainda consegue trabalhar.

Nós professores, não podemos atribuir à família a função de alfabetizar é também passar a ela a busca de melhoria educacional, isto implica retirar o problema de dentro da sala de aula e levar para o lar. É mais uma vez a negação da função e não somente, como também do próprio ambiente escolar. É conferir à família às concepções de instruir, colaborar para organização da aprendizagem, de trabalho escolar e papel docente.

Não estou propondo que a escola carregue sozinha a função de educar, o que pretendo neste momento, é problematizar o envolvimento dos pais como professores. O relacionamento dos pais com a escola, acompanhando seus filhos é importante, mas não deve ser caracterizada como uma presença de complemento do cotidiano escolar. Cada um destes grupos tem as suas responsabilidades, sendo que estas não devem ser repassadas de um grupo para o outro.

Os pais têm como tarefa, direcionar seus filhos à escola, e procurar apoiar o seu filho, de acordo com as necessidades surgidas, e preocupar-se ainda em educá-los de acordo com a sua cultura, formando pessoas de caráter. À escola, cabe a responsabilidade de passar a aprendizagem de diversos conhecimentos, de maneira, que forme pessoas críticas e comprometidas com as responsabilidades do mundo.

Fica claro que a partir das tendências apresentadas, cabe a nós orientar o nosso trabalho para um ensino de qualidade, não podemos em nenhuma hipótese deixar de delegar a nossa função docente, pois como afirma Arendt:

*(...) A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade pra ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse à renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum.*⁵²

⁵² ARENDT, Hannah. *A crise na educação. Entre o passado e futuro*. São Paulo: Perspectivas, 1º edição, 1972, p. 234.

A partir desta escrita, conclui-se que os docentes empenhados em sua função contribuem especificamente para a transformação social, e que ele pode ainda colaborar para a qualidade do ensino e para a sociabilização do saber, criando condições necessárias para atingir a verdadeira democracia, e estabelecendo então uma nova hegemonia.

Agindo como profissionais do saber, nos retiramos do amadorismo, onde temos plena consciência do nosso profissionalismo, e o quão importante ele é para nos fazer viver. Apesar de sofrermos com hierarquia presente em nosso meio e também pelo pequeno terrorismo interno, possuímos um rigor crítico, em que cremos aos que ouvem a nós, sobretudo porque acreditamos na utilidade da história bem elaborada.

Conclusão

Pareceu-me mais adequado nesta pesquisa, dividir com todos que terão contato com esta pesquisa, algumas idéias sobre a natureza do ensino e da prática da história dentro da educação. Idéias, permeadas de preocupações e angústias diante das incertas possibilidades de mudanças.

A aventura, de concretizar a educação como formadora de seres humanos, faz com que esta, tenha importância muito maior, do que se tem visto. Nesse sentido, a necessidade de ser em si mesmos, merece uma real mudança profunda, sem dúvida, pois verificando esta possibilidade, seríamos seres humanos, capazes de interferir diretamente no processo de criação da autonomia.

A hipótese de sermos capazes de nos desprendermos de nossas condições materiais, ampliaria enormemente horizontes para uma educação mais humana. Sobretudo, o que interessa diretamente é o processo educacional, ao qual deve ter sentido na natureza do trabalho docente, mais especificamente, no como se constitui o ensino.

Com as mudanças anunciadas e almejadas, nesta pesquisa. O campo da educação dá ênfase no objeto do conhecimento, em que as preocupações se situam em torno do sujeito conhecedor, e dos instrumentos de conhecimentos. As posições aqui abordadas se direcionam para pensar, que somos sustentáculos da atividade de criar, portando, negar esta atividade, significa validar inconvenientemente a negação do nosso ser.

Tais preocupações se fizeram, a partir da análise do que somos e o que não fomos. De modo especial, que somos indivíduos que por décadas, tivemos como desafio formular e reformular a educação brasileira. Contudo, não fomos capazes de sustentar a nossa essência de ser, considerando que este ser se caracteriza, pelo que somos, e deveríamos ser em todas as esferas indivíduos autônomos capazes de criar nossos próprios saberes.

Não fomos aptos, para defender a nossa liberdade, para resistir a desconstrução das nossas identidades, que foram se reduzindo pela aceitação de aspectos distintos, constituindo assim, seres de outra natureza. Todavia, a problemática levantada neste trabalho, foi no intuito de demonstrar a realidade da educação brasileira, na qual possuímos atualmente.

Talvez, por alguns, ela será compreendida como uma pesquisa, que somente aponta as dificuldades da escola, dos professores e da educação. Contudo, a busca de refletir sobre todos esses sujeitos, era de gerar uma consciência em si mesmo, em todos os indivíduos pertencentes a este lugar de aprendizagem da sociedade.

Apontar o que somos trás uma perspectiva, de mudança em nossa docência. Todo o desconforto aqui traduzido perpassa por uma busca de ação, para formar e sermos pessoas mais humanas, de tornar a educação mais humana.

Somos às vezes, desencorajados de colocar nossos objetivos na prática, devido existir em nossa realidade, uma excessiva burocracia dentro dos diferentes órgãos educacionais, pela falta de interdisciplinaridade com as outras áreas do conhecimento, por nossa falta de vontade para construir nossos próprios saberes.

Somos em alguns momentos individualistas, pois, muitos de nós não se apresentam, preocupados com o fracasso escolar. Estando sempre voltados para diminuição do seu ser, dando relevância ao seu baixo salário, a dificuldade de exercer a prática docente, a indisciplina dos alunos, a falta de apoio da gestão escolar.

Esta pesquisa permite verificar que a formação do professor não pode ficar restrita à discussão do desenvolvimento de competências. Devemos levar em consideração, que o professor domina e mobiliza saberes, entre os quais precisa ser dada atenção, não fazê-los, significa reproduzir práticas vazias e repetitivas. Portanto, estes saberes e práticas pensam e falam sobre o que fazem e sabem, assim, se faz necessário um profissionalismo, e que este seja visível a todos.

Essa pesquisa fica, assim, como contribuição para os diversos setores da educação. Aonde os considero competentes por dominar saberes, em que estes permitem fazer e pensar sobre o que fazem, para assim desenvolver um trabalho de qualidade. E digo: uma qualidade que possibilite caracterizar professores que ensinem a ler o mundo, com dignidade, ética e respeito, que saiba direcionar a busca de justiça social.

Enfim, toda a proposta, trás uma reflexão buscando o quanto é essencial para todos os profissionais da educação, amar sua profissão, consagrando-a e cumprido com gosto a atividade de criar e animar, conhecimentos autônomos. Quando se anunciam dificuldades e reclamações, acredito ser necessário dar meia volta, e refletir sobre o nossa valor dentro da nossa sociedade.

É nesse mundo dilacerado e quebrado, que devemos fazer a História, tendo sabido que a única forma de realizá-la é viver a vida. Desta forma, digo a todos: vivam a vida, refazendo a si próprio, pensando profundamente na sua ação, na sua maneira de libertar as consciências mudas. Sejam para a educação, bons operários e bons contramestres, capazes de executar engenhosamente seus trabalhos. Tenham sempre horror ao mesquinho, ao pequeno, e depois disto tudo: saibam pensar.

Não façam separação entre ação e pensamento, pois entre estes não existem barreiras, nossa profissão não se caracteriza como uma necrópole adormecida é preciso que penetremos nela, animados por uma luta, no intuito de abrir janelas, avivar luzes, para assim despertar a nossa própria função.

Fontes

LEGISLAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB nº 9.394, 20 de dezembro de 1996.

REVISTA

Carta Capital. (2006)

ENTREVISTAS

- Entrevista realizada com a professora Silvia Lima Prudente, em 2009, na sua residência, que se localiza no bairro Centro, em Tupaciguara. Exercendo a profissão de professora, na Escola Estadual Clertan Moreira do Vale efetiva em apenas um cargo.
- Entrevista realizada com o professor Edimilson Ferreira do Nascimento, em 2009, na Escola Estadual Clertan Moreira do Vale, local onde ele leciona, a instituição escolar está situada no bairro paineiras, em Tupacigura.
- Entrevista realizada com a professora Simone Luiza dos Santos, em 2009, na sua residência, que se localiza no bairro Bom Sucesso, em Tupaciguara. Atualmente a professora se encontra de licença à maternidade, mas já lecionou na Escola Estadual Sebastião Dias Ferraz, e no SESI, aonde a professora trabalhou com o projeto EJA.

DOCUMENTOS

BRASIL. *Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. – Brasília: DP&A, 2006.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares nacionais: história e geografia*. Secretaria de Educação Fundamental, 2. ed. Brasília-MEC: DP&A, 1997.

Bibliografia

ALMEIDA, Maria de Fátima R./ SILVA, Idalice Ribeiro da/ SILVA, Maria Vieira. I Encontro... A relação professor/aluno. In: *Revista Cadernos de História*. Uberlândia, nº 8, vol. 1, mar.99/ mar, 2000. p, 37-40.

ARENDT, Hannah. *A crise na educação. Entre o passado e futuro*. São Paulo: Perspectivas, 1º edição, 1972.

ARROYO, Miguel G. *Educandos e Educadores: seus Direitos e Currículo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas/ GEBRAN, Raimunda Abou. Prática de ensino: elemento articulador da formação do professor. In: *Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores*. São Paulo: Avercamp, 2006.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BITTENCOURT, Circe. Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: _____. (Org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, Circe. Propostas Curriculares da História: Continuidades e Transformações. In: *Os currículos do Ensino Fundamental para as escolas brasileiras*. p, 126-161.

BOSSI, Antonio de Pádua. Ideologia com experimento didático. In: *Revista Cadernos de História*. Uberlândia, nº 8, vol. 1, mar.99/ mar, 2000. p, 67-77.

CABRINI, Conceição; CIAMPI, Helenice |et al|. *O ensino de história: revisão urgente*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CALLIGARIS, Contardo. *Adolescência*. São Paulo, ed. Publifolha, 2000.

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. In: *Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História*. São Paulo, ANPUH, vol. 28, nº55, jan./jun., 2008.

CARVALHO, José Murilo de. O historiador às vésperas do terceiro milênio. In: *Pontos e bordados: escritos de história e política*. ed. UFMG. Belo Horizonte, 1999.

- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, nº 110, jul, 2000. p, 143-155.
- CERRI, Luis Fernando. Saberes históricos diante da avaliação do ensino: notas sobre conteúdos de história nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 24, nº 48, jul./dez. 2004. p, 213-231.
- DAVIES, Nicholas. História Conceitual X História Factual; Raciocínio X Memorização – oposições reais ou falsas no ensino de história? In: *II Encontro Perspectivas do Ensino de História, Comunicações Individuais – Anais*. p, 596-599.
- FENELON, Déa Ribeiro. O historiador e a Cultura Popular; história de classe ou história do povo?, In: *História e Perspectiva*, nº 6, Revista dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós Graduação em História Universidade Federal de Uberlândia.1992, Uberlândia Jan.Jun, 2009.
- FENELON, Déa Ribeiro. A formação do professor de história e a realidade do ensino. In: *Cadernos Cedes*. São Paulo, Cortez, 1985, pp. 24-31.
- FENELON, Déa Ribeiro. Sobre a Proposta para o ensino de História de 1º Grau. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 7, nº 14, mar./ago. 87. p, 249-254.
- FEBVRE, Lucian. Viver a história. In: *Combates pela história*. Lisboa, ed. Presença, 1985.
- FONSECA, Marília/OLIVEIRA, João Ferreira de/ TOSCHI, Mirza Seabra. *As tendências da gestão na atual política educacional brasileira: autonomia ou controle?* ed. DP&A, p. 62.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados*. São Paulo: Papirus, 2003.01
- FONSECA, Thais Nivia de Lima. Instrução e assistência na capitania de Minas Gerais: das ações das câmaras às escolas para meninos pobres (1750-1814). In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, vol. 13, nº 39, set./dez. 2008.
- FRANCO, Alexia Pádua. O ensino de História e a Formação do Cidadão – experiências múltiplas e contraditórias. In: *Revista História e Perspectiva*. Uberlândia, nº18/19, jan./dez. 1998. p, 161-179.
- FRANCO, Luiz Antonio Carvalho. A disciplina na escola. In: *Revista Ande*. São Paulo, SP, p. 62-67, 1986.
- FREIRE, Paulo. Educação: O sonho possível. In: BRANDAO, Carlos R. (org). *O educador: vida e morte escritos sobre uma espécie em perigo*. 12. ed: Graal, p.91-101.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FRIGOTTO, Gaudêncio/ CIAVATTA, Maria. *Ensino médio: ciência, cultura e trabalho*. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

GOERGEN, Pedro. Educação e Pós- Modernidade. In: *Revista Cadernos de História*. Uberlândia, nº 8, vol. 1, mar.99/ mar, 2000. p, 11-35.

GONZÁLES, Miguel Arroyo. *Indagações sobre currículo : educandos e educadores : seus direitos e o Currículo*. BEAUCHAMP, Sandra Denise Pagel, NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do, (org). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

LARA, Tiago Adão. A escola que não tive... o professor que não fui. In: *Revista Educação e Filosofia*. Uberlândia, vol. 7, nº 14, jul./ dez. 1993. p, 79-91.

LIMA, Nisia Trindade. Juventude e ensino médio: de costas para o futuro? In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, vol. 13, nº 39, set./dez. 2008.p, 535-544.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes. A nova LDB e o Ensino de História. In: *Revista Cadernos de História*. Uberlândia, nº 8, vol. 1, mar.99/ mar, 2000. p, 61 - 65.

LUCHES, Cipriano Carlos. Educação como redenção da sociedade. In: *Filosofia da Educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARRACH, Sonia. Neoliberalismo e educação. In: *Infância, Educação e Neoliberalismo*. JUNIOR, Celestino A. da Silva. São Paulo: Cortez, 1996. p, 42-56.

MARSON, Izabel Andrade. Controvérsias na história do Brasil: uma experiência controversa. In.: SILVA, Marcos A. (org.). *Repensando a história*. 6. ed. São Paulo: Marco Zero, 1984, p. 141.

MARTINS, Ernesto Candeias. O Conceito de Emancipação como uma Nova Meta Educativa na Formação Humana. In: *Revista Educação e Filosofia*. Uberlândia, vol. 7, nº 14, jul./ dez. 1993. p, 39-59.

MONTEIRO, Ana Maria F. C. *Professores de história: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

NICOLAU, Salma. Aprender quais histórias. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 7, nº 13, set. 86/ fev. 87. p, 153-164.

PALAFOX, Gabriel Humberto Muñoz. A importância da pesquisa em educação. In: *Cadernos da Fucamp*. Ano 6, nº 6, jan./dez. 2007, p.25-38.

POMPEU, Celso Baccharin. Algumas reflexões sobre o ensino (II). In: *Educação e Filosofia*, Uberlândia, vol. 2, nº. 4, jan./jun. 1998, pp.154.

REIS, Carlos Eduardo dos. Entre o ensino e a pesquisa: novos problemas na formação e na prática do profissional de História. In: *Revista História e Perspectiva*. Uberlândia, nº18/19, jan./dez. 1998. p, 181-194.

RICCI, Cláudia Sapag. *Da intenção ao gesto: quem é quem no ensino de história em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 1999.

- ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, nº. 34, jan./abr.2007.
- SANTOS, Akiko. *Des-construindo a didática*. 23º Reunião Anual da ANPED, GT/04, Caxambu, 2000.
- SEFFNER, Fernando. "Teoria, metodologia e ensino de História". In: GUAZELLI, César A. B. (org). *Questões da teoria e metodologia da História*. Porto Alegre. ed. UFRES, 2000.
- SHMIDT, Maria Auxiliador Moreira dos Santos/ GARCIA, Tânia Maria F. Braga. A formação da consciência histórica dos alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. In: *Cad. Cedes*. Campinas, vol. 25, nº67, set./dez. 2005. p, 297- 308.
- SILVA, Marcos A. da. A impaciência do preconceito e o coro dos contentes. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 7, nº 14, mar./ago. 87. p, 255-260.
- SILVA, Marcos A. Contra o horror pedagógico: ensino de história, exclusão social e cidadania cultural. In: *Revista História e Perspectivas*. Uberlândia, nº 23, jul./ dez. 2000. p, 85-98.
- SILVA, Marcos A. (org.). *Repensando a História*. 6. ed. São Paulo: Marco Zero, 1984, p. 19.
- SILVA, Tadeu Tomaz da. *Alienígenas na sala de aula*. Rio de Janeiro: Vozes, 20008.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Dilemas da relação teoria e prática na formação do professor de História: alternativas em perspectiva. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, nº 25/26, set. 92/ago.93, p, 223-232.
- ZUIN, Antônio A. S. *Adoro odiar meu professor: o aluno entre a ironia e o sarcasmo pedagógico*. São Paulo: Autores Associados, 2008.